



# **RELATÓRIO E CONTAS**

## **2022**

ÍNDICE

<b>A</b> .....	<b>3</b>	<b>7. FINANÇAS</b> .....	<b>15</b>
<b>RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO</b> .....	<b>3</b>	<i>Resultados das modalidades mutualistas</i> .....	<b>15</b>
1. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	3	<i>Proveitos e custos das modalidades mutualistas</i>	<b>15</b>
2. ÂMBITO.....	3	<i>Fundos de reserva das modalidades mutualistas</i>	<b>17</b>
3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR.....	3	<i>Fundos autónomos</i> .....	<b>18</b>
<b>B</b> .....	<b>4</b>	<i>Valor patrimonial dos fundos autónomos</i> .....	<b>18</b>
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b> .....	<b>4</b>	<i>Estrutura da carteira de aplicações financeiros</i>	<b>19</b>
2. PERSPETIVA.....	5	<i>Consignação fiscal, doações e donativos</i> .....	<b>19</b>
2. ASSOCIADOS.....	6	<i>Despesas de representação</i> .....	<b>20</b>
<i>Movimento de associados</i> .....	6	<i>Processos judiciais</i> .....	<b>20</b>
<i>Associados falecidos</i> .....	8	<b>8. PRINCIPAIS INDICADORES</b> .....	<b>21</b>
<i>Subscritores das modalidades mutualistas e dos</i>	8	<b>9. AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>21</b>
<i>planos de proteção complementar</i> .....	8	<b>10. PROPOSTAS</b> .....	<b>21</b>
3. SAÚDE.....	9	<i>Aplicação de resultados</i> .....	<b>21</b>
<i>Consultas internas</i> .....	10	<i>Rendimento complementar da Modalidade de</i>	<b>21</b>
<i>Cirurgia de ambulatório</i> .....	10	<i>Previdência-Reforma</i> .....	<b>21</b>
<i>Convénios diretos</i> .....	10	<i>Outras propostas</i> .....	<b>22</b>
<i>Rede Advancecare</i> .....	11	<b>C</b> .....	<b>23</b>
<i>Serviço de Assistência Médica Noturna</i> .....	11	<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	<b>23</b>
<i>Internamento hospitalar</i> .....	11	<b>D</b> .....	<b>32</b>
4. AÇÃO SOCIAL.....	11	<b>ANEXO</b> .....	<b>32</b>
<i>Subsídio de parentalidade, bolsas de estudo e</i>	12	<b>E</b> .....	<b>45</b>
<i>subsídio por morte</i> .....	12	<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b> .....	<b>45</b>
<i>Comparticipação de quotas da modalidade de</i>	13	1. PARECER.....	<b>45</b>
<i>Saúde</i> .....	13		
<i>Pensões complementares de reforma e</i>	13		
<i>sobrevivência (FASC)</i> .....	13		
5. ATIVIDADE ASSOCIATIVA.....	14		
6. INICIATIVAS CULTURAIS.....	14		

# A

## RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO

### 1. ÓRGÃOS SOCIAIS

#### **Mesa da Assembleia Geral**

**Presidente:** Goulart Machado  
**1.º Secretário:** Eunice Lourenço  
**2.º Secretário:** José Mário Costa  
**Suplentes:** Cláudia Monteiro  
Manuel Carlos Freire  
Hélder Carvalho Martins

#### **Conselho de Administração**

**Presidente:** António Borga  
**Vice-Presidente:** Luísa Bessa Coelho  
**Vogal:** José Fragoso  
**Vogal:** Waldemar Abreu  
**Vogal:** Júlio Roldão  
**Suplentes:** João Teixeira  
Paula Ferreira  
Luísa Melo  
Elsa Alves

#### **Conselho Fiscal**

**Presidente:** Helena Garrido  
**Secretário:** Sónia Santos Pereira  
**Relator:** Sérgio Aníbal  
**Suplentes:** Luís Villalobos  
Luís Reis Pinto  
Lurdes Ferreira

#### **Conselho Geral**

##### **Membros eleitos em efetividade de funções**

Eugénio Alves  
José António Santos  
Cesário Borga  
Eduardo Oliveira e Silva  
Áurea Sampaio  
Carlos Lobato  
Rui Peres Jorge  
Ana Mafalda Inácio  
Ribeiro Cardoso  
Paula Torres de Carvalho  
António Marujo  
Fernanda Mestrinho

**Suplentes:** Inês Rapazote  
Vitor Ribeiro  
Nuno Ribeiro

### 2. ÂMBITO

A Casa da Imprensa – Associação Mutualista tem a sua origem na Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa criada em 24 de abril de 1905 (estatutos aprovados por alvará do Ministério das Obras Públicas – Direção Geral do Comércio e da Indústria). No ano de 1925 foram aprovados os estatutos da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, tendo esta denominação sido alterada para Caixa dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, por alvará de 26 de abril de 1935 do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social. A designação atual, Casa da Imprensa, foi adotada e reconhecida em 1992, ano em que se concretizou a integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, através da Portaria n.º 506/92, de 19 de junho.

A Casa da Imprensa é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, com a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, e cujos fins fundamentais consistem na concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados, conforme estatutos aprovados em 2021.

### 3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A Casa da Imprensa subordina-se à legislação geral aplicável às associações mutualistas, encontrando no Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto) a sua matriz de referência.

Como regulamentos próprios rege-se pelos:

– Estatutos, aprovados em reuniões extraordinárias da Assembleia Geral realizadas em 15 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021. Registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 49, à inscrição n.º 16/81, a fls. 102 do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar, por despacho de 23 de agosto de 2021 da subdiretora-geral da Segurança Social;

– Regulamento de Benefícios, aprovado em reuniões extraordinárias da Assembleia Geral realizadas em 15 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021. Registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 50, à inscrição n.º 16/81, a fls. 102 do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar, por despacho de 23 de agosto de 2021 da subdiretora-geral da Segurança Social. Em 19 de dezembro de 2022 a Assembleia Geral aprovou alterações ao Regulamento de Benefícios que aguardam o necessário registo na DGSS.

# B

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Casa da Imprensa – Associação Mutualista submete à aprovação dos associados o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2022.

Além do balanço global, que perspetiva a orientação do trabalho realizado (*Secção B, ponto 1, pág. 5*), o Relatório apresenta, de modo detalhado, factual e objetivo, o que no entender do Conselho de Administração caracterizou a atividade desenvolvida ao longo do ano, para a sua avaliação pelos associados, e a proposta de aplicação de resultados (*pontos 2 a 10, pág. 6 e seguintes*).

As demonstrações financeiras (*Secção C, pág. 23 e seguintes*) adotam o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), como acontece desde o relatório relativo ao exercício de 2012, garantindo assim a comparação em todos os aspetos significativos com os valores dos exercícios anteriores.

Os factos e valores relativos a exercícios anteriores a 2022 são, sempre que disponíveis, os que constam dos relatórios de gestão e demonstrações financeiras dos exercícios respetivos, aprovados pela Assembleia Geral.

No Anexo ao Relatório de Gestão (*Secção D, pág. 32 e seguintes*) são explicitados os conceitos da política contabilística.

O Relatório foi submetido à apreciação independente do Revisor Oficial de Contas, que emitiu a declaração respetiva. As demonstrações financeiras e o anexo foram auditados pelo ROC.

O Relatório é distribuído com o *Parecer do Conselho Fiscal*, emitido nos termos estatutários (*Secção E, págs. 45*).

## 2. PERSPETIVA

*O ano de 2022 foi um ano de sinais e tendências contraditórios, com os indicadores negativos e os motivos de preocupação na visão de curto e médio prazo a ensombrares os aspetos positivos e os indicadores de recuperação relativamente a 2021, que, apesar de tudo, se verificaram.*

*O balanço do exercício que agora se apresenta, sendo negativo, traduz uma melhoria relativamente ao ano anterior. O défice fica a dever-se, quase exclusivamente, a resultados atribuíveis a factos não recorrentes, alguns dos quais com efeitos positivos no exercício de 2023.*

*Do lado positivo, é de realçar a recuperação conseguida nos rendimentos prediais, com valores de aluguer superiores à expectativa.*

*No movimento de associados e na atividade assistencial, o facto negativo foi a morte de mais 21 associados, um número tão elevado como o registado em 2021. Em contrapartida, o número de associados em termos absolutos voltou a aumentar, tal como a soma das consultas internas e externas.*

*No apoio social, foi prestada assistência por diversas formas a dezenas de associados, incluindo visitas domiciliárias, acompanhamento de situações de isolamento, encaminhamento para instituições de acolhimento temporário ou permanente e atribuição de subsídios do Fundo de Ação Social, nos termos estatutários.*

*Como prometido, não se deixou que as dificuldades paralisassem as atividades associativas e culturais. Como consta do ponto 6 deste relatório, manteve-se um intenso programa expositivo e lançaram-se iniciativas formativas e de recreação cultural, como as oficinas de desenho e pintura e o Grupo Coral da Casa da Imprensa.*

*Em conjunto com o Clube dos Jornalistas e o Sindicato dos Jornalistas, iniciámos a organização do V Congresso dos Jornalistas Portugueses, a realizar em janeiro de 2024.*

*Entretanto, os efeitos devastadores da pandemia do COVID na saúde de uma parte significativa dos associados e a subida da inflação no setor da saúde agravaram a previsão do Relatório de 2021.*

*O Cartão de Saúde da Casa da Imprensa revelou-se de importância inestimável para os associados que necessitaram de cuidados de saúde inesperados e que não puderam, ou não quiseram, recorrer ao SNS.*

*Porém, a incidência no equilíbrio financeiro das modalidades a que o Cartão dá acesso traduziu-se numa enorme disparidade entre custos e receitas.*

*As alterações ao Regulamento de Benefícios – incluindo o plano de reequilíbrio financeiro a quatro anos da modalidade de saúde –, apresentadas e aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de dezembro, com o prévio parecer favorável do Conselho Fiscal e do Conselho Geral, refletem já a gravidade acrescida dos desafios que enfrentamos, revelada pelo primeiro balanço real do regime em vigor desde março de 2021. As reservas de que dispomos, com relevo para o Fundo de Ação Social, continuam a ser consideráveis e tem-se procurado manter a maior prudência na respetiva gestão. Ainda assim, a pressão a que a situação económico-financeira mundial as submeteu durante todo o ano de 2022, com pesados efeitos no respetivo balanço, é motivo de preocupação.*

*O CA não deixará de procurar opções compensatórias, sempre em colaboração com os restantes órgãos sociais.*

*Por último e uma vez mais, o Conselho de Administração dirige a todos os associados um apelo para uma leitura atenta deste Relatório, com a consciência crítica e o espírito mutualista que nos une e identifica.*

## 2. ASSOCIADOS

### Movimento de associados

Em 31 de dezembro de 2022 a Casa da Imprensa tinha 2429 associados inscritos, mais 44 (+1,8%) do que no final de 2021.

Ao longo do ano foram admitidos 111 candidatos (153 em 2021), o equivalente a 4,7 por cento do número total de associados que estavam registados no final do ano anterior.

Durante o ano faleceram 21 associados (o mesmo

número do ano anterior) e 40 cancelaram a inscrição (48 em 2021). Foram eliminados 6 (seis) associados (10 em 2021) por terem deixado de pagar as quotas.

O quadro seguinte sintetiza o movimento de entradas e saídas durante o ano, a distribuição da massa associativa por categorias e as relações de parentesco:

### MOVIMENTO DE ASSOCIADOS

Movimento de Associados	31/12/2021	Movimento entre as datas					31/12/2022
		Admitidos	Falecidos	Eliminados	Desistiram	Readmitidos / Mudaram categoria	
Associados efectivos	1138	28	14	3	13	0	1136
Associados participantes	1247	83	7	3	27	0	1293
Familiares de associados efectivos	789	24	3	1	12	-35	762
Cônjuges	312	7	1	1	3	-3	311
Cônjuges sobrevivivos	50	0	1	0	1	2	50
Ascendentes	7	0	0	0	0	-2	5
Filhos	420	17	1	0	8	-32	396
Outros associados participantes	367	37	3	2	14	38	423
Familiares de outros associados participantes	85	22	1	0	1	-3	102
Cônjuges	38	7	0	0	1	0	44
Ascendentes	8	0	1	0	0	0	7
Filhos	39	15	0	0	0	-3	51
Associados pensionistas do FASC	6	0	0	0	0	0	6
<b>Total Associados</b>	<b>2385</b>	<b>111</b>	<b>21</b>	<b>6</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>2429</b>

Do total de associados, 1136 (46,8%) eram efetivos (jornalistas no ativo ou na reforma) e 1293 (53,2%) eram participantes.

Entre os participantes, 762 (31,4% do total de associados) eram familiares de associados efetivos. Os jornalistas e seus familiares representavam assim 78,1% do total de associados (80,8% em 2021).

Na distribuição por género, o número de associadas ultrapassa o de associados, o que acontece desde 2018. No final de 2022 eram 1231, 50,7% do total de inscritos.

Por classes etárias, quase dois terços dos inscritos (1575 associados, ou 64,8% do total) tinham idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos. Com menos de 19 anos estavam inscritos 269 associados (11,1% do total), sendo 585 os maiores de 65 anos (24,1%).

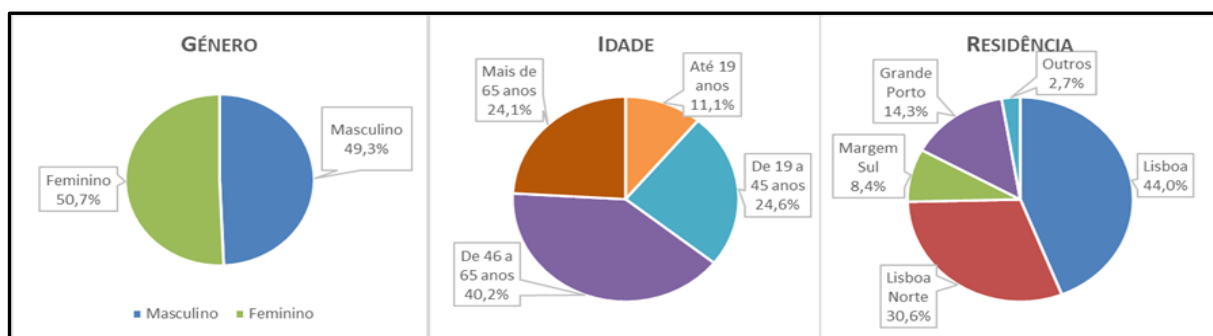
Comparativamente com o ano anterior, há um decréscimo de jovens (-15) e um acréscimo de *seniores* (+19). O escalão entre os 19 e os 65 anos

tem mais 40 associados.

A média de idades, no conjunto dos associados, era de 50,01 anos (49,5 anos em 2021). Nas 111 novas inscrições registadas em 2022 a média de idades foi de 40,26 anos (49,4 anos em 2021).

A distribuição geográfica dos associados por área de residência quase não apresenta alterações relativamente aos anos anteriores. Quatro em cada cinco associados (83,0%) residem na área metropolitana de Lisboa. No concelho de Lisboa moram 1069 associados (44,0% do total); nos concelhos de Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora, Odivelas e Loures, 744 (30,6%); e na Margem Sul, 204 (8,4%). Na região do Grande Porto residem 347 associados (14,3% do total de associados). Fora das regiões anteriormente mencionadas residem 65 associados, o correspondente a 2,7 por cento do total de associados.

Os gráficos seguintes (ver pág. 7) mostram a distribuição de associados por género, escalão etário e área de residência.



Todos os principais indicadores do movimento de entradas e saídas de associados seguem a tendência dos dez anos anteriores, com a exceção anteriormente assinalada do número de óbitos (*ver gráficos nesta página*).

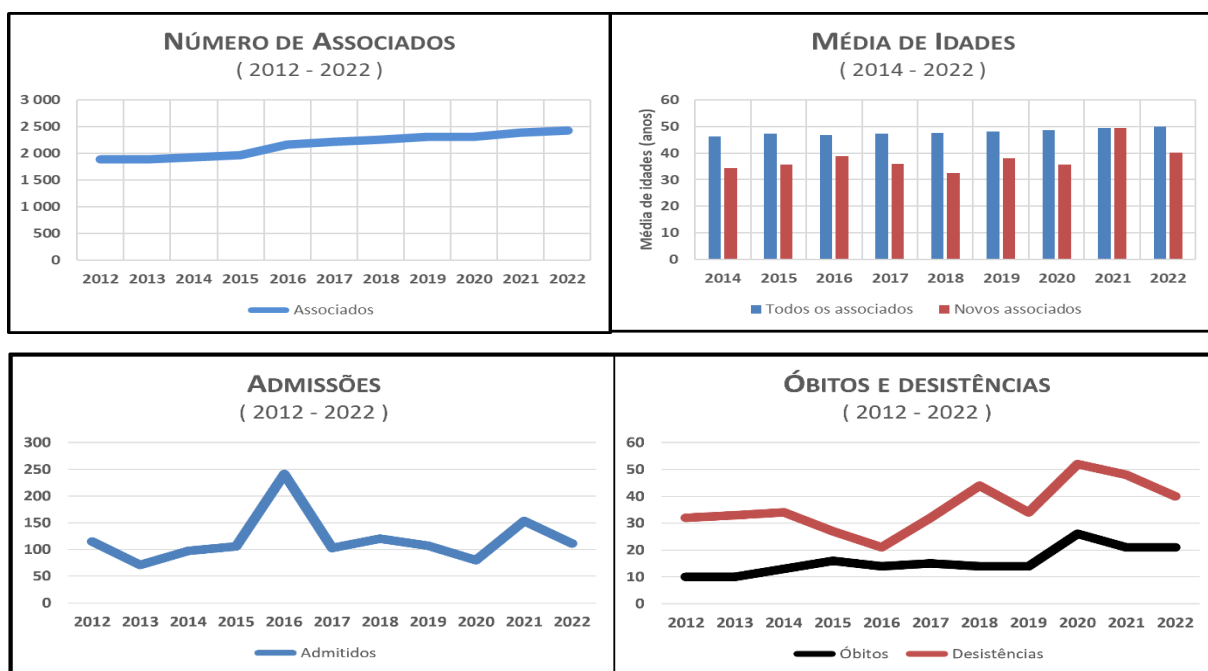
Nos últimos dez anos, o número de associados só não cresceu em 2020 (ano da pandemia), tendo mesmo baixado (menos um do que em 2019).

Em 2022 o número de admissões (111) voltou a ser superior à média da década, apenas ultrapassado em 2016 (241 admissões, na sequência da melhoria de benefícios trazida pela revisão dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios do final de 2015).

O número de desistências foi inferior ao registado nos anos mais recentes, mas ainda superior à média da década, que teve um pico com a pandemia.

O número de óbitos, como referido anteriormente, mantém-se muito elevado desde o início da pandemia de covid-19. Entre 2010 e 2019 o número médio de óbitos, por ano, foi de 13, mas registaram-se 26 mortes em 2020 (o dobro) e 21 em 2021 e 2022 (ainda 50% acima da média dos anos anteriores à pandemia).

A conjugação destes indicadores com a inscrição de novos associados tem resultado num aumento moderado da média de idades do conjunto de todos os associados. Em oito anos, a média de idades de todos os associados aumentou apenas 3,8 anos, passando de 46,2 anos em 2014 para 50 anos em 2022, porque a média de idades dos novos associados admitidos em cada ano foi quase sempre inferior em pelo menos dez anos à média de idades dos associados pré-existentes.



### Associados falecidos

Durante o ano faleceram 21 associados, a cuja memória o Conselho de Administração aqui presta homenagem.

O quadro seguinte identifica os associados falecidos, os seus números de inscrição e as datas dos óbitos:

#### ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2022

Nome	Nº	Categoria de Associado	Data do falecimento
Armando Pereira da Silva	49	Efetivo	10/06/2022
António dos Santos Mota	51	Efetivo	04/07/2022
Fernando António Pires de Almeida Farinha	190	Efetivo	19/07/2022
José Eduardo Friães Rebelo	268	Efetivo	28/01/2022
Carlos Alberto Pinto dos Santos	308	Efetivo	17/03/2022
Francisco Dias Brito	457	Efetivo	06/01/2022
Álvaro Eduardo de Oliveira Tavares	552	Efetivo	07/02/2022
Jerónimo Martins Cunha Pimentel	668	Efetivo	13/05/2022
Manuel Joaquim Ferreira Dias	738	Efetivo	12/04/2022
António Augusto da Costa Ferreira	913	Efetivo	12/04/2022
Fernando Pedro Almeida Sobral	1119	Efetivo	13/05/2022
Francisco José de Oliveira Brandão Ferreira	1532	Efetivo	10/09/2022
Frederico Alexandre Maurício Jacobetty Vieira	5012	Familiar - Filho	08/07/2022
Valter Lopes Aguiar	5620	Participante	27/07/2022
Joaquim Felisbelo Marques de Sousa	5654	Cônjuge Sobrevivo	03/03/2002
Carlos Alberto Marinheiro de Oliveira Correia	5699	Participante	18/07/2022
Emanuel João da Câmara	6541	Efetivo	27/05/2022
Cecília Hortense Vargas de Oliveira e Sousa	6691	Participante Ascendente	11/06/2022
Mário António da Mota Mesquita	6711	Participante	27/05/2022
Eduarda Maria Ramos Horta	7195	Familiar - Cônjuge	28/09/2022
António Manuel Pinto Basto Ribeiro Ferreira	7309	Efetivo	27/06/2022

### Subscritores das modalidades mutualistas e dos planos de proteção complementar

Em 31 de dezembro todos os associados da Casa da Imprensa eram subscritores das modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e de Saúde (S), conforme determinava o Regulamento de Benefícios que à data estava em vigor.

Dos 2429 subscritores da modalidade de Saúde, 818 (um terço do total) beneficiavam apenas do Plano de Proteção Base, mas a maioria (1618 associados) já subscrevia o Plano de Proteção Complementar de Internamento Hospitalar. Eram mais 53 (+3,4%) do que no ano anterior, abrangendo

Modalidades e planos de proteção complementar	31/12/2022	31/12/2021	Dif.ª	
			(Nº)	(%)
Solidariedade Associativa	2429	2385	44	1,8%
Saúde	2429	2385	44	1,8%
Internamento Hospitalar	1618	1565	53	3,4%
Exames e Tratamentos	655	467	188	40,3%
Saúde Oral	459	340	119	35,0%
Assistência Médica Noturna	1146	890	256	28,8%
Capitais por Morte	611	623	-12	-1,9%
Previdência-Reforma	58	37	21	56,8%
Capital de Risco	30	18	12	66,7%

agora 66,6% do total de associados (65,6% em 2021).

Ainda dentro desta modalidade, 459 associados (mais 35,0% do que no ano anterior) subscreviam o Plano de Proteção Complementar de Saúde Oral



e 655 (+40,3%) já tinham aderido ao Plano de Proteção Complementar de Exames e Tratamentos. O Serviço de Assistência Médica Noturna, de subscrição gratuita, tinha 1146 aderentes (mais 28,8% do que no ano anterior).

A modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) tinha 611 subscrições ativas em dezembro de 2022, menos 12 do que em 2021.

A nova modalidade de Previdência-Reforma (PR)

teve 21 novas subscrições em 2022, um crescimento de 56,8 por cento relativamente ao ano anterior. Um pouco mais de metade dos subscritores desta modalidade tinham a opção complementar de Capital de Risco, que em caso de morte ou incapacidade absoluta e definitiva garante o pagamento de um capital no mínimo equivalente ao somatório de todas as quotas liquidadas ou previstas até que se atinja a idade normal de reforma.

### 3. SAÚDE

A modalidade de Saúde da Casa da Imprensa proporcionou aos associados seus subscritores, em 2022, o acesso a 8269 consultas, exames e tratamentos em regime ambulatorial e a 93 internamentos hospitalares. Foram mais 986 atendimentos do que no ano anterior (+13,5%).

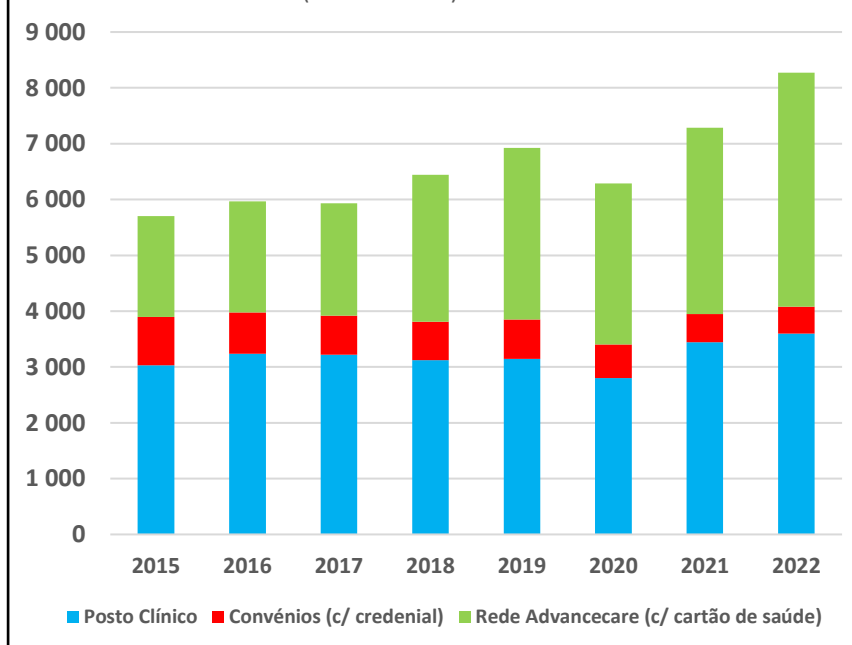
Durante o ano, 1069 associados (44,0% do total) tiveram pelo menos uma consulta ou pequena cirurgia no posto clínico da Casa da Imprensa (Lisboa e Porto) ou solicitaram credenciais para exames, tratamentos e *consultas externas* (ao abrigo de *convénios*). E pelo menos 980 associados utilizaram o *cartão de saúde* para acederem a consultas programadas ou de urgência e para exames e tratamentos em regime ambulatorial ou para internamento na rede nacional da Advancecare. Daquele total (ver quadro), 43,5% dos atendimentos foram realizadas no posto clínico da associação); 5,9% em prestadores com *convénio* direto com a Casa da Imprensa (com *credencial*); e 50,6% na rede Advancecare (com o *cartão de saúde*).

**ATIVIDADE GERAL DOS SERVIÇOS DE SAÚDE**

	2022	2021	Dif. <sup>a</sup>	
			( N.º )	( % )
Posto clínico da Casa da Imprensa (consultas e pequenas cirurgias)	3596	3444	152	4,4%
Convénios ( c/ credencial )	485	502	-17	-3,4%
Rede Advancecare (ambulatório e internamento hospitalar ( c/ Cartão de Saúde )	4188	3337	851	25,5%
<b>Total de atendimentos</b>	<b>8269</b>	<b>7283</b>	<b>986</b>	<b>13,5%</b>

**CONSULTAS, EXAMES E TRATAMENTOS**

Em regime ambulatorial  
( 2015 - 2022 )



O nível de atividade, medido pelo número de atendimentos (principalmente consultas) ultrapassou o registado antes da pandemia de Covid-19 e é agora o mais elevado desde a extinção do Subsistema de Saúde dos Jornalistas (2007) e da adoção do atual modelo mutualista da Casa da Imprensa, em 2009.

### Consultas internas

Nos Serviços de Saúde da Casa da Imprensa (Lisboa e Porto) realizaram-se 3541 consultas com associados, mais 97 (+2,8%) do que em 2021 (*ver quadro*).

Durante o ano estiveram disponíveis as especialidades de Medicina Geral e Familiar (Clínica Geral), Cirurgia Geral, Dermatologia, Ginecologia e Obstetrícia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria e Urologia. Além das especialidades médicas, realizaram-se também consultas de Psicoterapia e Nutrição.

A Medicina Geral e Familiar (ou Clínica Geral) foi,

como habitualmente, a especialidade mais procurada, presenciais ou não. Foram realizadas, em Lisboa e no Porto, 2184 consultas com associados, menos 0,5% do que as realizadas no ano anterior. Nas restantes especialidades (médicas e não médicas), realizaram-se 1357 consultas com associados, mais 107 (+8,6%) do que no ano anterior. Destas especialidades, a Psicologia (388 consultas) continuou sendo a mais procurada, seguindo-se, por ordem decrescente, Dermatologia, Oftalmologia, Urologia, Ginecologia e Otorrinolaringologia.

#### CONSULTAS INTERNAS – POSTO CLÍNICO (LISBOA E PORTO)

Especialidades	Lisboa				Porto				Total			
	2022	2021	Dif. <sup>a</sup>		2022	2021	Dif. <sup>a</sup>		2022	2021	Dif. <sup>a</sup>	
			Nº	%			Nº	%			Nº	%
Clínica Geral	1 928	1 933	-5	-0,3%	256	261	-5	-1,9%	2 184	2 194	-10	-0,5%
Outras Especialidades	1 305	1 175	130	11,1%	52	75	-23	-31%	1 357	1 250	107	8,6%
<b>Total</b>	<b>3 233</b>	<b>3 108</b>	<b>125</b>	<b>4,0%</b>	<b>308</b>	<b>336</b>	<b>-28</b>	<b>-8,3%</b>	<b>3 541</b>	<b>3 444</b>	<b>97</b>	<b>2,8%</b>

### Cirurgia de ambulatório

No posto clínico foram feitas 55 pequenas cirurgias, menos três do que no ano anterior. A maioria (45) fez-se no âmbito da consulta da especialidade de Dermatologia. O quadro seguinte mostra o número de pequenas cirurgias realizadas durante o ano.

#### PEQUENAS CIRURGIAS - POSTO CLÍNICO (LISBOA)

Especialidades	Lisboa			
	2022	2021	Dif. <sup>a</sup>	
			Nº	%
Dermatologia	45	46	-1	-2,2%
Outras Especialidades	10	12	-2	-16,7%
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>58</b>	<b>-3</b>	<b>-5,2%</b>

### Convénios diretos

Em regime ambulatório, além do posto clínico os associados puderam recorrer aos serviços de prestadores de cuidados de saúde com os quais a Casa da Imprensa tem *convénios, acordos* ou *protocolos de cooperação*.

Em 2022 foram emitidas 485 *credenciais* para *consultas externas*, exames e tratamentos ao abrigo de *convénios*. Em comparação com o ano anterior, foram menos 17 atendimentos (-3,4%), mantendo-se a tendência de baixa registada desde que, com a distribuição do *cartão de saúde*, os associados passaram a ter acesso à rede naci-

onal da AdvanceCare, com mais de 18 mil prestadores de cuidados de saúde.

A especialidade mais procurada nos *convénios* continua a ser a Estomatologia, com 52,6% do total de credenciais emitidas a nível nacional. No Porto, o peso desta especialidade é ainda maior, atingindo 70,9% do total de credenciais emitidas pela Delegação (35,5% em Lisboa).

O quadro seguinte indica o número de credenciais emitidas para prestadores de serviços de Lisboa e do Porto em 2022 e 2021 ao abrigo de *convénios*.

#### CONVÉNIOS - CONSULTAS EXTERNAS, EXAMES E TRATAMENTOS (LISBOA E PORTO)

	Lisboa				Porto				Total			
	2022	2021	Dif. <sup>a</sup>		2022	2021	Dif. <sup>a</sup>		2022	2021	Dif. <sup>a</sup>	
			Nº	%			Nº	%			Nº	%
<b>Total</b>	<b>251</b>	<b>258</b>	<b>-7</b>	<b>-2,7%</b>	<b>234</b>	<b>244</b>	<b>-10</b>	<b>-4,1%</b>	<b>485</b>	<b>502</b>	<b>-17</b>	<b>-3,4%</b>

### Rede Advancecare

Durante o ano, 980 associados tiveram acesso a cuidados de saúde em regime ambulatorio na Rede Advancecare.

Com a utilização do *cartão de saúde* realizaram-se 3 975 consultas, exames ou tratamentos, a que corresponderam 9 953 atos médicos. Em comparação com o ano anterior, foram mais 126 associados (+14,8%), mais 789 consultas, exames ou tratamentos (+24,8%), e mais 2 935 atos médicos

(+41,8%).

O crescimento do número de associados, atendimentos e atos médicos deveu-se em parte ao aumento do número de subscrições do Plano de Proteção Complementar de Exames e Tratamentos (342 dos mais de 600 subscritores deste plano complementar usaram o serviço, em 2164 atendimentos, a que corresponderam 4911 atos médicos).

#### ACESSO À REDE ADVANCECARE EM REGIME AMBULATORIO

Associados				Consultas				Atos médicos			
2022	2021	Dif. <sup>a</sup>		2022	2021	Dif. <sup>a</sup>		2022	2021	Dif. <sup>a</sup>	
		(N.º)	(%)			(N.º)	(%)			(N.º)	(%)
980	854	126	14,8%	3 975	3 186	789	24,8%	9 953	7 018	2 935	41,8%

### Serviço de Assistência Médica Noturna

Em 2022 mais 256 associados subscreveram o serviço de Assistência Médica Noturna, elevando para 1146 o número de aderentes a este serviço (47,2% do total de associados).

A Assistência Médica Noturna (AMN) é um serviço da APM/RedeMut (Associação Portuguesa de Mutualidades, de que a Casa da Imprensa faz parte) e é prestado através das Residências Montepio – Serviços de Saúde, S.A..

O serviço dá acesso a consultas de Medicina Geral

#### Internamento hospitalar

No âmbito da modalidade de Saúde registaram-se 93 casos de hospitalização para cirurgias, tratamentos e três partos, num total de 120 atendimentos que tiveram assistência hospitalar coberta pela Casa da Imprensa.

A modalidade garantiu também o atendimento

no domicílio no período noturno e aos fins de semana, bem como aconselhamento médico telefónico 24 horas por dia todos os dias e, em caso de urgência, o transporte ao hospital da área de residência.

A adesão à AMN é gratuita, mas obriga a uma subscrição prévia através de formulário disponível na página da Casa da Imprensa na internet e à emissão de um cartão autónomo, necessário para o acesso aos serviços.

## 4. AÇÃO SOCIAL

Os Serviços Sociais mantiveram em 2022 uma atitude pró-ativa com o objetivo de sinalizar situações de isolamento comunitário ou familiar que eventualmente pudessem ter sido causadas ou agravadas com a crise pandémica.

No rastreio foi dada prioridade aos associados mais idosos e com menos contactos com a associação, num trabalho em que colaboraram o corpo clínico e os serviços administrativos.

Paralelamente, foram mantidos contactos com

de 429 associados, em 1166 consultas, exames e sessões de tratamento em regime ambulatorio, num total de 3792 atos médicos que beneficiaram de participação ou reembolso.

Em comparação com 2021, houve mais 40 casos de internamento (+78,4%) e mais dois partos.

entidades externas, principalmente serviços públicos e instituições privadas de solidariedade social (IPSS), dos quais resultou o encaminhamento de 13 beneficiários (16 no ano anterior) para a Segurança Social, lares de idosos e centros de dia.

Foram realizadas 35 visitas domiciliárias (25 no ano anterior), das quais 8 em lares de idosos.

A pedido dos interessados ou por iniciativa dos serviços, foram realizadas 60 entrevistas presenciais, a maioria na sede associativa.

Com expressão financeira, por proposta dos Serviços Sociais foram atribuídos um subsídio eventual, três subsídios para isenções em cuidados de saúde e sete prestações complementares periódicas para responder a situações de risco social agravado, nomeadamente em situações de doença e desemprego.

O valor dos subsídios eventuais atribuídos foi de 11 949,89 euros (10 521,81 euros em 2021).

Através do Fundo de Ação Social (FAS) a Casa da Imprensa participou o pagamento de quotas das modalidades de saúde (*ver adiante*) e, em algumas circunstâncias, as despesas relativas a exames complementares de diagnóstico e ao tratamento de doenças consideradas de *alto risco ou alto custo*.

Desde a entrada em vigor do novo Regulamento

### SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2022		2021	
	Nº de beneficiários	Valor atribuído	Nº de beneficiários	Valor atribuído
Subsídios mensais atribuídos	7	10 182,00 €	5	7 850,00 €
Subsídios pontuais atribuídos	1	355,00 €	1	667,70 €
Reembolso da Segurança Social	0	0,00 €	1	-1 316,43 €
Subsídios em isenções em cuidados de saúde	3	1 412,89 €	3	2 004,11 €
<b>Total a fundo perdido</b>	<b>11</b>	<b>11 949,89 €</b>	<b>10</b>	<b>10 521,81 €</b>
Subsídios reembolsáveis	0	0,00 €	1	4 550,00 €

### COMPARTICIPAÇÕES EM MCDT CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2022		2021	
	Nº de beneficiários	Valor atribuído	Nº de beneficiários	Valor atribuído
CSP - artigo 9º (do antigo Regulamento)	0	0,00 €	19	2 768,79 €
Exames e Tratamentos	656	41 688,50 €	467	12 521,39 €
<b>Total participações</b>	<b>656</b>	<b>41 688,50 €</b>	<b>486</b>	<b>15 290,18 €</b>

de Benefícios e do novo Regulamento do Fundo de Ação Social, em março de 2021, o FAS passou a apoiar também o lançamento do Plano de Proteção Complementar de Exames e Tratamentos da modalidade de Saúde.

Todos os apoios individuais concedidos com apoio do FAS foram instruídos e propostos pelos Serviços Sociais, nos termos regulamentares, e atenderam à condição de recursos dos requerentes, em processos com caráter reservado.

### Subsídio de parentalidade, bolsas de estudo e subsídio por morte

Em 2022 foram atribuídos seis subsídios de parentalidade, no valor global de 1 500,00 euros. Em comparação com o ano anterior, foram mais quatro subsídios e mais 937,50 euros. Também no âmbito da So-

lidariedade Associativa foram atribuídas seis bolsas de estudo (tantas como em 2021), no valor global de 1 950,00 euros.

Tal como no ano anterior, não foi pago qualquer subsídio de acidentes pessoais.

No âmbito da modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) foram pagos oito subsídios (o mesmo número do ano anterior) no valor global de 8 000,00 euros.

De acordo com o Regulamento de Benefícios, o

#### SUBSÍDIOS DE PARENTALIDADE, BOLSAS DE ESTUDO E SUBSÍDIOS POR MORTE

Subsídios atribuídos	2022		2021		Difª		
	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)	(%)
Parentalidade	6	1 500,00 €	2	562,50 €	4	937,50 €	166,7%
Bolsas de estudo	6	1 950,00 €	6	1 950,00 €	0	0,00 €	0,0%
Acidentes pessoais	0	0,00 €	0	0,00 €	0	0,00 €	#DIV/0!
Morte (CPM)	8	8 000,00 €	8	8 000,00 €	0	0,00 €	0,0%
Resgates (CPM)	0	0,00 €	2	359,40 €	-2	-359,40 €	-100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>11 450,00 €</b>	<b>18</b>	<b>10 871,90 €</b>	<b>2</b>	<b>578,10 €</b>	<b>5,3%</b>

subsídio de parentalidade é atribuído aos associados pela inscrição na Casa da Imprensa dos seus filhos recém-nascidos e as bolsas de estudo aos que tenham pelo menos três filhos menores de 21 anos matriculados no ensino básico, secundário ou superior. O subsídio de acidentes pessoais é atribuído em caso de acidente de que resulte a morte ou invalidez absoluta e definitiva de um associado.

Nos três casos, o valor dos subsídios é fixado anualmente no orçamento das modalidades mutualistas da Casa da Imprensa e, no caso do subsídio de parentalidade e das bolsas de estudo, pode ser majorado em 25 por cento no caso de ambos os progenitores serem associados.

O subsídio por morte é pago aos herdeiros legais ou ao beneficiário designado do associado subscritor da modalidade de Capital Pagável por Morte. De acordo com o regulamento da modalidade, o valor do subsídio é de mil euros.

Enquanto os benefícios da Solidariedade Associativa (subsídio de parentalidade, bolsas de estudo e subsídio de acidentes pessoais) podem beneficiar qualquer associado da Casa da Imprensa, o

subsídio por morte depende de o associado subscriver, ou não, a modalidade respetiva. No primeiro caso, os subsídios são suportados pelo fundo de Solidariedade Associativa, alimentado pela quota associativa paga por todos os associados (um euro por mês). No segundo, é financiado pelo fundo da modalidade respetiva, alimentado pela quota destinada exclusivamente a esse efeito (1,35 euros/mês).

O quadro junto (*ver pág. 12*) sintetiza a informação sobre o número de subsídios atribuídos no âmbito da Solidariedade Associativa e da modalidade de Capital Pagável por Morte e respetivos valores em 2022 e 2021.

### Comparticipação de quotas da modalidade de Saúde

O Fundo de Ação Social (FAS) participa o pagamento de quotas da modalidade de Saúde dos familiares de associados efetivos e participantes. De acordo com o novo Regulamento do Fundo, em vigor desde junho de 2021, na maior parte dos casos, nas novas adesões, a participação varia entre 50% (filhos menores e ascendentes) e 25% (cônjuges e filhos com mais de 18 anos) do valor nominal da quota-base da modalidade de Saúde, mas atinge os 100% no caso dos associados efetivos desempregados e dos pensionistas

do FASC. Mantêm-se, porém, as participações que já tinham sido atribuídas até 2019 (50% para os cônjuges e 100% para os filhos até aos 25 anos).

No final de 2022, beneficiavam da participação de quotas 686 associados, dos quais 255 cônjuges, 49 cônjuges sobreviventes e 369 filhos.

O valor das participações ascendeu a 85 467,00 euros, menos 5 427,00 euros (-5,9%) do que no ano anterior.

### Pensões complementares de reforma e sobrevivência (FASC)

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC) pagou pensões de reforma e sobrevivência no valor global de 20 690,40 euros, um decréscimo de 621,60 euros (-2,9%) relativamente ao ano anterior (21 312,00 euros).

Beneficiam do FASC, como grupo fechado, exclusivamente os pensionistas de reforma e sobrevivência do regime geral de Segurança Social referidos no instrumento de integração do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na Casa da Imprensa, em 1992.

#### PENSÕES COMPLEMENTARES DE REFORMA E PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA

	2022		2021		Dif. <sup>a</sup>			
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	(%)	Valor	(%)
Pensões complementares de reforma (jornalistas)	4	8 288,00 €	4	8 288,00 €	0	0,0%	0,00 €	0,0%
Pensões de sobrevivência (cônjuges sobreviventes)	10	12 402,40 €	14	13 024,00 €	-4	-28,6%	-621,60 €	-4,8%
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>20 690,40 €</b>	<b>18</b>	<b>21 312,00 €</b>	<b>-4</b>	<b>-22,2%</b>	<b>-621,60 €</b>	<b>-2,9%</b>
Subsídio por morte	0	0,00 €	1	2 493,99 €	-1	-100,0%	-2 493,99 €	-100,0%

O número de beneficiários manteve-se inalterado em 2022: quatro jornalistas e 10 cônjuges sobreviventes.

O quadro junto sintetiza a informação relativa ao pagamento de pensões e subsídios no âmbito do FASC.

## 5. ATIVIDADE ASSOCIATIVA

A atividade associativa foi marcada pela realização no final do ano (19 de dezembro) de uma reunião extraordinária da Assembleia Geral que aprovou por largo consenso (dois votos contra) um conjunto de alterações ao Regulamento de Benefícios proposto pelo Conselho de Administração.

As alterações, que aguardam o necessário registo da Direção Geral da Segurança Social para entrarem em vigor, atualizam o valor das quotas e fazem o nivelamento por cima dos benefícios da modalidade, estendendo a todos os subscritores a cobertura de risco que era exclusiva dos associados que aderiram ao Plano de Proteção Complementar de Internamento Hospitalar.

Os associados que não subscreviam este plano complementar (cerca de um terço do total de associados) terão um período de convergência de quatro anos, ao longo dos quais os benefícios vão melhorando e o valor da quota vai aumentando, até ficarem equiparados aos dos restantes subscritores da modalidade.

A assembleia aprovou também a redução de 65

para 60 anos do limite de idade para a inscrição de novos associados e para a subscrição de planos de proteção complementar da modalidade de Saúde. Aprovou igualmente uma emenda que torna opcionais todas as modalidades sujeitas a subscrição, incluindo a Saúde.

As alterações ao Regulamento de Benefícios foram justificadas pela necessidade de repor o equilíbrio financeiro da modalidade de Saúde e garantir a sua sustentabilidade.

As contas desequilibraram-se desde o início da pandemia de covid-19 e mais ainda com o aumento da inflação, agravado pela guerra na Ucrânia. Além disto, os ajustamentos da anterior revisão do Regulamento de Benefícios, com base em valores do final de 2017, de facto só foram aprovados em Assembleia Geral dois anos depois e ainda esperaram mais cerca de um ano e meio pelo necessário registo legal. Entraram em vigor já em 2021, quase quatro anos depois da sua preparação, desatualizados e num contexto de pandemia, aumento da sinistralidade e inflação.

## 6. INICIATIVAS CULTURAIS

O CA defende que a saúde, a ação social e a solidariedade associativa fazem parte de um todo, onde se integram o apoio socioprofissional, a atividade cultural e os projetos de lazer e bem estar. Em 2022, no cumprimento dessa linha de ação, procurou-se relançar a atividade interrompida pela pandemia e avançar com novos projetos destinados a dinamizar a participação dos associados em iniciativas culturais e recreativas.

Durante o ano, foram realizadas seis exposições no Salão Nobre da Sede e uma nos Paços do Conselho do Porto, a primeira que a CI promoveu nesta cidade.

Cinco dessas exposições foram de Fotografia e Fotojornalismo – duas a assinalar os 50 anos de carreira, respetivamente, de Alfredo Cunha e de Inácio Ludgero, uma em colaboração com o Clube dos Jornalistas, com trabalhos de fotojornalistas que se encontravam desempregados à data do IV Congresso dos Jornalistas, e uma coletiva de estudantes do Instituto Português de Fotografia (IFP). No Porto, numa iniciativa conjunta com a

Camara Municipal, foi reposta a exposição “Estados (des)Unidos da América”, dos jornalistas João Porfírio e João Almeida Dias.

Ainda no âmbito da Coletiva dos alunos do IPF, realizou-se em outubro o debate “Perspetivas do Fotojornalismo em Portugal”.

Nas iniciativas relacionadas com a Fotografia e o Fotojornalismo, a Casa da Imprensa contou com a colaboração e o apoio da produtora CC11, dirigida por Bruno Portela.

Ao longo do ano, associados e não associados puderam participar em *workshops* de Desenho de Natureza e de Iniciação à Aguarela, dirigidos pela professora Rita Faia.

No segundo semestre, iniciou a atividade o Grupo Coral da Casa da Imprensa, dirigido pelo Maestro Sérgio Fontão, com ensaios semanais e que tem vindo a contar com uma crescente adesão, aberta, igualmente, a associados e não associados.



O CA manteve contactos permanentes com as outras organizações ligadas ao jornalismo e aos jornalistas, como o Sindicato dos Jornalistas(SJ) e o Clube dos Jornalistas (CJ).

No último trimestre, a CI, o SJ e o CJ anunciaram a realização do V Congresso dos Jornalistas Portugueses, a ter lugar em janeiro de 2024, em Lisboa, depois de convidarem para presidir à Comissão Organizadora o jornalista Pedro Coelho, que aceitou.

Em conjunto com o Clube dos Jornalistas, deu-se início ao ciclo “Conversas com Jornalistas que Cobriram o 25 de Abril de 1974” com uma conversa,

em junho, com jornalistas que souberam antecipadamente do golpe militar, e outra, em outubro, com jornalistas que fizeram reportagem dos acontecimentos no próprio dia. As conversas, que prosseguem em 2023, serão editadas em livro e podcast e lançadas no Congresso de Janeiro de 2024.

A Casa da Imprensa e o Grupo de Amigos de Lisboa celebraram em abril um acordo mediante o qual os associados da CI têm acesso livre às atividades daquela associação, incluindo os passeios temáticos na cidade.

## 7. FINANÇAS

### Resultados das modalidades mutualistas

As contas do exercício de 2022 do conjunto das modalidades mutualistas evidenciam um resultado líquido negativo de -70 849,13 euros numa despesa global de 951 111,24 euros, um défice de 7,4%.

O saldo é inferior ao que estava orçamentado (-8 327,31 euros) embora menos negativo do que

o registado em 2022 (-104 423,49 euros), conforme evidenciado no quadro seguinte.

O desvio relativamente à previsão orçamental e aos resultados dos anos imediatamente anteriores à crise provocada pela pandemia de Covid-19 deve-se principalmente a razões de natureza conjuntural adiante explicitados (*ver pág. 17*).

#### RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	2022		2021	Dif. <sup>a</sup>			
	Real	Orç.	Real	(€)	(%)	(€)	(%)
	(1)	(2)	(3)	(1)-(2)		(1)-(3)	
Resultado líquido	-70 849,13 €	-8 327,31 €	-104 423,49 €	-62 521,82 €	-750,8%	33 574,36 €	32,2%

O quadro seguinte indica o resultado líquido do exercício de cada uma das modalidades mutualistas em 2022, comparado com o que foi registado no ano anterior.

De acordo com a lei e com os Estatutos da Casa da Imprensa, estes resultados são levados aos fundos próprios ou aos fundos permanentes das

modalidades respetivas, que são os fundos de reserva das modalidades.

Os fundos próprios são constituídos principalmente para acorrer a situações adversas, de natureza conjuntural. O valor destas reservas está explicitado em secção própria neste relatório (*ver pág. 17*).

#### RESULTADOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades mutualistas	2022	2021	Dif. <sup>a</sup>	
			(€)	(%)
Solidariedade Associativa	5 832,53 €	-343,57 €	6 176,10 €	-1797,6%
Saúde	-63 275,72 €	-77 026,55 €	13 750,83 €	-17,9%
Capitais por Morte	-468,08 €	-34 842,18 €	34 374,10 €	-98,7%
Previdência-Reforma	-12 937,86 €	7 788,80 €	-20 726,66 €	
<b>Total</b>	<b>-70 849,13 €</b>	<b>-104 423,49 €</b>	<b>33 574,36 €</b>	<b>32,2%</b>

### Proveitos e custos das modalidades mutualistas

O quadro seguinte (*pág. 16*) sintetiza a conta de exploração, ajustando os principais agregados à

natureza e atividades da CI e permitindo a comparação com os exercícios anteriores.

Os rendimentos e ganhos respeitantes às atividades mutualistas tiveram um aumento de 105 822,72 euros, passando de 774 439,39 euros em 2021 para 880 262,11 euros (+13,7%). Os gastos e perdas totalizaram 951 111,24 euros, mais 72 248,36 euros (+8,2%) do que no ano anterior.

### PROVEITOS E CUSTOS DAS MODALIDADES

	2022	2021	Difª	
			(€)	(%)
<b>Proveitos diretos das modalidades mutualistas</b>	<b>570 944,50 €</b>	<b>496 874,31 €</b>	<b>74 070,19 €</b>	<b>14,9%</b>
Quotizações e jóias	502 486,60 €	431 509,78 €	70 976,82 €	16,4%
Credenciais e Senhas de consulta (S)	66 663,08 €	65 364,53 €	1 298,55 €	2,0%
Provisões específicas do sector (CPM)	1 794,82 €	0,00 €	1 794,82 €	
<b>Proveitos comuns</b>	<b>309 317,61 €</b>	<b>277 565,08 €</b>	<b>31 752,53 €</b>	<b>11,4%</b>
Vendas	14,15 €	0,00 €	14,15 €	
Prestações de serviços	139 326,95 €	138 909,88 €	417,07 €	0,3%
Subsídios, doações e legados	2 012,50 €	22,00 €	1 990,50 €	9047,7%
Outros rendimentos e ganhos	166 323,66 €	131 515,05 €	34 808,61 €	26,5%
Juros e outros rendimentos similares	1 640,35 €	7 118,15 €	-5 477,80 €	-77,0%
<b>Total de rendimentos e ganhos</b>	<b>880 262,11 €</b>	<b>774 439,39 €</b>	<b>105 822,72 €</b>	<b>13,7%</b>
<b>Custos diretos das modalidades mutualistas</b>	<b>501 872,94 €</b>	<b>456 353,76 €</b>	<b>45 519,18 €</b>	<b>10,0%</b>
Subsídios e bolsas de estudo (CPM + SA)	11 450,00 €	10 512,50 €	937,50 €	8,9%
Prestações a associados das mutualidades (S/IH)	178 139,62 €	160 804,46 €	17 335,16 €	10,8%
Prestações pecuniárias cuidados de saúde (S)	273 318,13 €	232 908,08 €	40 410,05 €	17,4%
Outros custos inerentes a associados (S)	14 375,19 €	17 887,56 €	-3 512,37 €	-19,6%
Provisões específicas do sector (PR)	24 590,00 €	34 241,16 €	-9 651,16 €	-28,2%
<b>Custos comuns</b>	<b>449 238,30 €</b>	<b>422 509,12 €</b>	<b>26 729,18 €</b>	<b>6,3%</b>
Custo das vendas	15,39 €	0,00 €	15,39 €	
Fornecimentos e serviços externos	145 001,51 €	135 214,06 €	9 787,45 €	7,2%
Custos com o pessoal	216 875,65 €	207 350,68 €	9 524,97 €	4,6%
Gastos de depreciação e amortização	74 439,30 €	78 088,13 €	-3 648,83 €	-4,7%
Perdas por redução de justo valor	11 498,71 €	0,00 €	11 498,71 €	
Outros gastos e perdas	1 407,74 €	1 856,25 €	-448,51 €	-24,2%
<b>Total de gastos e perdas</b>	<b>951 111,24 €</b>	<b>878 862,88 €</b>	<b>72 248,36 €</b>	<b>8,2%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-70 849,13 €</b>	<b>-104 423,49 €</b>	<b>33 574,36 €</b>	<b>32,2%</b>

Entre os proveitos diretos das modalidades (isto é, os proveitos especificamente relacionados com uma modalidade), as quotas e as joias de inscrição totalizam 502 486,60 euros, o equivalente a 57,1,7% do total de rendimentos e ganhos.

As receitas da quotização tiveram um crescimento de 16,4%, o que se justifica com o decurso do primeiro ano completo de vigência do novo Regulamento de Benefícios, com mais modalidades e planos de proteção e o aumento do valor das quotas das modalidades.

Os custos diretos dos benefícios (isto é, imputáveis especificamente a uma modalidade) ascenderam a 501 872,94 euros, mais 45 519,18 euros (+10,0%) do que um ano antes e o equivalente a 52,8% do total de gastos e perdas. O aumento foi consequência da melhoria de serviços resultante

da alteração do Regulamento de Benefícios aprovada em Assembleia Geral em 2019, mas que só entrou em vigor em 2021 e teve o seu primeiro ano completo de aplicação em 2022.

Daquele total, 11 450,50 euros (mais 8,9% do que no ano anterior) respeitam a subsídios de nascimento, bolsas de estudo, subsídio de acidentes pessoais e subsídios por morte pagos pelas modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e Capital por Morte (CPM).

Os custos diretos da modalidade de Saúde (S) ascenderam a 465 832,44 euros, mais 13,2% do que no ano anterior (411 600,10), e representam 92,8% do total dos custos diretos. No valor indicado estão incluídos 178 139,62 euros imputados especificamente ao Plano de Proteção Complementar de Internamento Hospitalar (IH).

Na modalidade de Saúde (plano Base e planos de



proteção complementar), estes custos respeitam, essencialmente, a honorários médicos, prémios de seguro e pagamentos a outros prestadores de cuidados de saúde, agora sujeitos a uma pressão maior da procura (devido às dificuldades do Serviço Nacional de Saúde) e dos preços (devido à inflação).

Os proveitos comuns às modalidades (isto é, que não sendo imputáveis especificamente a uma modalidade, são rateados pelo conjunto das modalidades) totalizaram 309 317,61 euros (35,1% do total de rendimentos e ganhos).

O maior contributo para os proveitos comuns, com 166 323,66 euros, voltou a ser da conta “*Outros rendimentos e ganhos*”, na qual se incluem os rendimentos prediais (128 553,35 euros). No entanto, a recuperação do valor das rendas do prédio da R. do Loreto, em Lisboa, tem sido mais lenta do que o previsto e foi inferior ao que se previa no orçamento (menos cerca de 25 mil euros), sendo a receita ainda inferior à do período pré-pandemia (menos cerca de 30 mil euros). O prédio só voltou a ficar todo arrendado no final do ano, pelo que só vai gerar todo o rendimento contratado em 2023 (mais cerca de 60 mil euros). A segunda maior receita, nos proveitos comuns, é

a rubrica “*Prestação de Serviços*”, uma transferência do Fundo de Ação Social, e manteve-se praticamente inalterada (139 326,95 euros), com o objetivo de reduzir a despesa do FAS.

Os custos comuns às diversas modalidades correspondem a 47,2% do total de gastos e perdas, tendo aumentado de 422 509,12 euros em 2021 para 449 238,30 euros em 2022 (+6,3%).

Os custos comuns mais significativos são os relativos a pessoal, que tiveram um acréscimo de 4,6%, para 216 875,65 euros, e aos fornecimentos e serviços externos, que registaram um aumento de 9 787,45 euros (+7,2%), para 145 001,51 euros. No primeiro caso foram contabilizados custos de reestruturação do quadro de pessoal, de que resultará a redução da despesa nos anos seguintes. No segundo, foram incluídos custos de comissionamento e obras de conservação que antecederam a celebração de novos contratos de arrendamento e também perdas por redução do justo valor em ativos financeiros transferidos do FAS para o fundo inicial da modalidade de Previdência-Reforma.

Estes factos, juntamente com a já mencionada perda de receita das rendas imobiliárias, de natureza predominantemente conjuntural, justificam a quase totalidade do défice orçamental.

### Fundos de reserva das modalidades mutualistas

O valor global dos fundos próprios e dos fundos permanentes das modalidades mutualistas – os fundos de reserva de cada modalidade – era, em 31 de dezembro de 2022, de 1 107 634,45 euros, menos 114 007,12 euros (-9,3%) do que no ano anterior.

As variações de valores do Fundo de Solidariedade Associativa e do fundo próprio da modalidade de Saúde refletem a aplicação de resultados do exercício de 2021 (99% dos saldos anuais respetivos, de acordo com os Estatutos). Nos fundos permanentes das modalidades de Capital por

**VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS MUTUALISTAS**

	2022	2021	Dif. <sup>a</sup>	
			(€)	(%)
Fundo de Solidariedade Associativa	88 303,33 €	88 646,90 €	-343,57 €	-0,4%
Fundo Próprio de Saúde	699 591,84 €	776 618,39 €	-77 026,55 €	-9,9%
Fundo Permanente Capitais por Morte	319 739,28 €	356 376,28 €	-36 637,00 €	-10,3%
Fundo Permanente Previdência Reforma	131 599,92 €	100 000,00 €	31 599,92 €	31,6%
<b>Total</b>	<b>1 107 634,45 €</b>	<b>1 221 641,57 €</b>	<b>-114 007,12 €</b>	<b>-9,3%</b>

Morte e de Previdência-Reforma, reflete também um ajustamento das provisões matemáticas, de acordo com a análise atuarial que calcula as responsabilidades futuras das modalidades.

O quadro anterior evidencia o valor contabilístico dos fundos mutualistas a 31 de dezembro de 2022 (antes da aplicação de resultados, cuja proposta é apresentada na *pág. 21*) e 31 de dezembro de 2021.

### Fundos autónomos

Em 2022 os três fundos autónomos da Casa da Imprensa tiveram globalmente um resultado líquido negativo de 1 660 474,07 euros, agravando em 1 455 162,54 euros (708,8%) o défice registado no ano anterior, de 205 311,53 euros (*ver quadro nesta página*).

O Fundo de Ação Social (FAS), que financia os apoios de carácter social, em alguns casos independentemente de os beneficiários serem associados da Casa da Imprensa, teve um resultado líquido negativo (após encargos administrativos e financeiros e *despesa social*) de 1 641 008,60 euros. O resultado apurado deriva principalmente da perda de valor de mercado dos ativos que compõem o fundo, na grande maioria títulos de participação em fundos cotados constituídos maioritariamente ou exclusivamente por obrigações. Isto num ano que os analistas consideraram atípico e em que se confirmaram as expectativas mais pessimistas formadas sobretudo depois do início da guerra na Ucrânia e com a subida da inflação.

Contra um objetivo de valorização a oscilar os 490 mil euros, a perda de valor dos títulos atingiu os 1 328 408,85 euros (*ver gráfico na pág. 19*).

A *despesa social*, realizada ao abrigo do Regulamento do FAS, teve um aumento de 28 085,88

euros (+11,2%) relativamente ao ano anterior, passando de 250 346,46 euros para 278 432,34 euros. O aumento resulta principalmente das participações em despesas de saúde (mais 26 248,32 euros), já que se mantiveram estáveis ou baixaram as transferências para as modalidades mutualistas e a participação de quotas, as duas rubricas mais pesadas do orçamento do FAS, no valor de 139 326,95 euros e 85 467,00 euros, respetivamente.

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC), que suporta o pagamento de subsídios por morte e pensões complementares de reforma e de sobrevivência de um grupo fechado de beneficiários que transitou da Segurança Social para a Casa da Imprensa em 1992, teve um resultado líquido negativo de 19 514,29 euros, correspondente ao valor das pensões pagas.

O FASC tem um património líquido de 163 538,11 euros e provisões matemáticas de 169 246,47 euros – um grau de cobertura de 96,6.

O Fundo Norberto Lopes (FNL), que suporta os prémios de reportagem com o nome do seu instituidor, teve um resultado líquido de 48,82.

### RESULTADOS LÍQUIDOS DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

Fundos	2022	2021	Dif. <sup>a</sup>	
			(€)	(%)
FAS - Fundo de Ação Social	-1 641 008,60 €	-206 647,41 €	-1 434 361,19 €	694,1%
FASC - Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	-19 514,29 €	1 301,20 €	-20 815,49 €	-1599,7%
FNL - Fundo Norberto Lopes	48,82 €	34,68 €	14,14 €	40,8%
<b>Total</b>	<b>-1 660 474,07 €</b>	<b>-205 311,53 €</b>	<b>-1 455 162,54 €</b>	<b>708,8%</b>

### Valor patrimonial dos fundos autónomos

Em 31 de dezembro de 2022 o valor patrimonial global dos três fundos autónomos da Casa da Imprensa era de 13 491 656,43 euros, menos

1 660 474,07 euros (-11,0%) dos que os 15 152 130,50 euros do ano anterior (*ver quadro*).

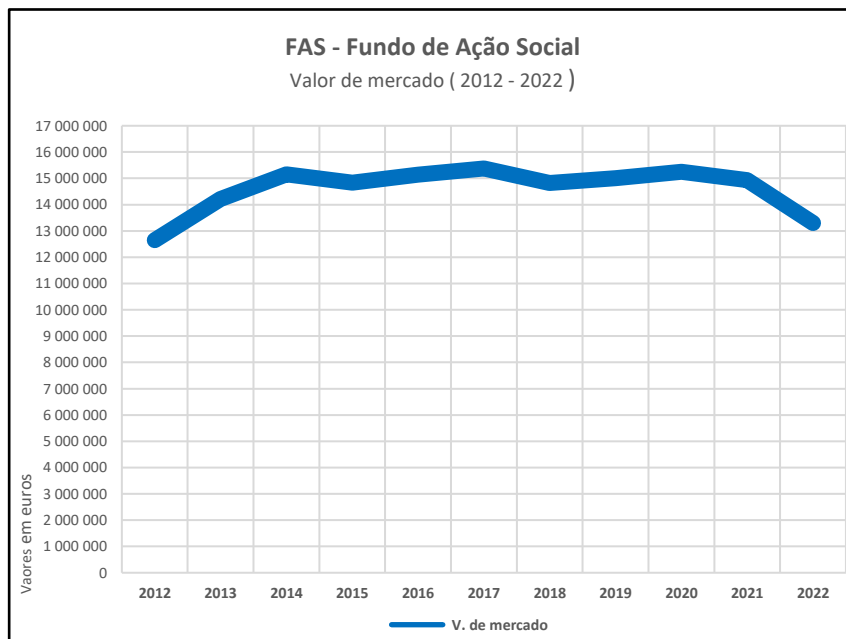
### VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

	2022	2021	Dif. <sup>a</sup>	
			(€)	(%)
Fundo de Ação Social	13 295 691,07 €	14 936 699,67 €	-1 641 008,60 €	-11,0%
Fundo Autónomo de Subsídio Complem	158 208,34 €	177 722,63 €	-19 514,29 €	-11,0%
Fundo Norberto Lopes	37 757,02 €	37 708,20 €	48,82 €	0,1%
<b>Total</b>	<b>13 491 656,43 €</b>	<b>15 152 130,50 €</b>	<b>-1 660 474,07 €</b>	<b>-11,0%</b>

O maior contributo para o valor global dos fundos autónomos é do Fundo de Ação Social (FAS), com o valor de 13 295 691,07 euros (menos 11,0% em relação ao ano anterior).

O atual valor de mercado do Fundo de Ação Social é o mais baixo desde 2012.

Nos 10 anos anteriores (*ver gráfico*) o seu valor tinha passado de 12 649 422,07 euros para 14 936 699,67 euros, uma valorização 2 287 277,60 euros (+18,1%).



### Estrutura da carteira de aplicações financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado das aplicações financeiras de todos os fundos sob gestão da Casa da Imprensa era de 14 885 279,44 euros.

Deste total, 13 405 546,91 euros correspondiam a unidades de participação de 38 fundos de investimento constituídos maioritariamente ou exclusivamente por obrigações (90,1% da carteira); 75 600,00 euros (0,5%) eram obrigações diversas; e 1 404 132,53 euros (9,4%) eram depósitos bancários.

### Consignação fiscal, doações e donativos

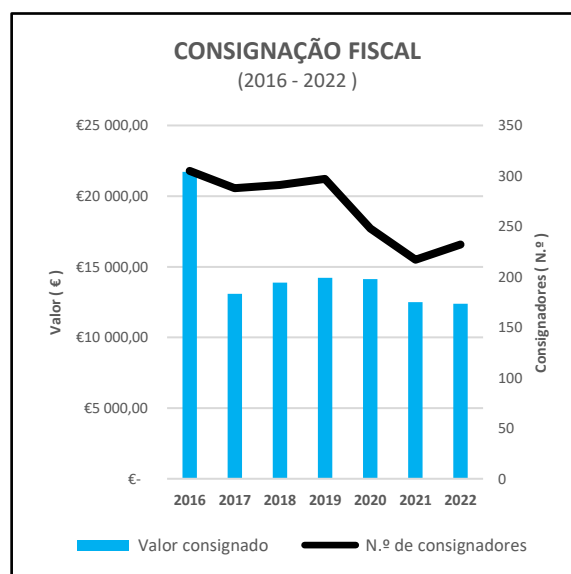
A Casa da Imprensa recebeu 12 373,95 euros da consignação fiscal em 2022, menos 122,94 euros (-0,98%) do que no ano anterior. O montante recebido respeita à liquidação do IRS sobre os rendimentos de 2020, liquidado em 2021.

Regista-se, com um agradecimento público, o ato solidário dos 232 cidadãos contribuintes, associados ou não, que escolheram a Casa da Imprensa como destinatária de 0,5% do imposto que o Estado arrecadou com a tributação dos seus rendimentos.

Desde 2012, o primeiro ano em que pôde candidatar-se, a Casa da Imprensa recebeu um total de 168 228,73 euros de consignação fiscal (*ver gráfico*).

No caso particular do Fundo de Ação Social (FAS), o maior fundo, a quase totalidade do ativo está investida em fundos e obrigações diversas (99,97%).

A Casa da Imprensa tem contratos de aconselhamento para a gestão da carteira de ativos financeiros do FAS com a Baluarte – Consultores de Investimento, Lda e com a Caixa Gestão de Ativos, SA.



### Despesas de representação

A contabilidade registou um custo global em 2021 de 783,75 euros relativo a despesas de representação, menos 840,74 euros (-51,8%) do que no ano anterior.

A despesa realizada pelo Conselho de Administração foi de 302,80 euros, menos 773,10 euros (-71,9%) do que em 2021 e repre-

#### DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

	2022	2021
Conselho de Administração	302,80 €	1 075,90 €
Outros Órgãos Sociais	0,00 €	75,60 €
Deslocações Assistente Social	480,95 €	473,02 €
<b>Total</b>	<b>783,75 €</b>	<b>1 624,52 €</b>

sentam 38,6% do total das despesas de representação.

### Processos judiciais

A Casa da Imprensa é parte em dois processos judiciais que correm no Tribunal Administrativo de Lisboa, um há seis e o outro há nove anos.

Um dos processos iniciou-se em 2016, quando a Casa da Imprensa processou o Banco de Portugal e o Novo Banco tendo em vista a anulação da deliberação do banco central, enquanto autoridade de resolução, de retransmitir para o Banco Espírito Santo as obrigações não subordinadas que em 2014, na primeira medida de resolução do BES, tinham passado deste para o Novo Banco.

Ainda em 2016, o Novo Banco e o Banco de Portugal apresentaram a sua contestação pugnando pela improcedência da ação e a Casa da Imprensa, no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, apresentou reclamação de créditos no valor de 300 mil euros, correspondentes ao montante investido em obrigações daquele banco.

Em 2017 foi marcada uma audiência prévia, para preparação da audiência de julgamento, antecedida de tentativa de conciliação, que pela natureza do tema é inviável.

Em 2018, o processo foi suspenso até que seja proferida decisão final com trânsito em julgado no âmbito de outras ações administrativas relacionadas com esta ação e que correm nos tribunais, situação que se manteve em 2019.

Em 2020 foi publicada a lista definitiva de credores (que inclui a Casa da Imprensa), tendo-se verificado um volume significativo de impugnações. Aguarda-se o desenvolvimento dos ulteriores termos do processo, nomeadamente que seja proferida sentença de verificação e graduação de créditos.

Em 2015 a Casa da Imprensa registou uma imparidade de 266 097 euros correspondente ao diferencial entre o valor de mercado então conhecido e o valor do investimento realizado em 2012 em obrigações BES.

Em 2018, dado que as obrigações atingiram a maturidade sem se ter verificado o seu reembolso, esta provisão foi reforçada para 100% do valor investido.

O reforço da provisão teve um custo de 31 749,00 euros nas contas do Fundo de Ação Social relativas ao exercício de 2018.

Igualmente no Tribunal Administrativo de Lisboa corre os seus trâmites o processo relativo à dívida da Segurança Social à Casa da Imprensa.

Conforme exposto em anteriores relatórios de gestão, em 2013 o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) intentou uma ação contra a Casa da Imprensa e o presidente à época do seu Conselho de Administração requerendo a restituição dum adiantamento que fez no ano 2000 por conta dum dívida que ainda não tinha liquidado, nem liquidou até agora, originada na cobrança do adicional de 1% sobre a publicidade paga nos jornais diários, uma imposição legal que vigorou entre 1943 e 1998. Por lei, competia ao IGFSS cobrar o adicional, que era depois transferido para a Casa da Imprensa, mas as transferências foram interrompidas em 2009.

A Casa da Imprensa não só não reconhece mérito na pretensão do IGFSS como continua a reclamar os 711 192,57 euros que ainda lhe são devidos.

O processo não conheceu qualquer desenvolvimento relevante em 2019, como nos cinco anos anteriores.

Em 2020, as partes foram notificadas para se pronunciarem sobre a anuência na convocação da ação em ação administrativa comum, sobre a qual se aguarda decisão.

Em 31 de dezembro estavam ainda pendentes

duas ações executivas intentadas pela Casa da Imprensa para cobrança de dívidas provenientes da falta de pagamento de rendas, no valor de 7 591,47 euros, estando a decorrer as diligências de penhora.

## 8. PRINCIPAIS INDICADORES

### PRINCIPAIS INDICADORES

Nº de Associados	2429
Nº médio de Trabalhadores	8
Total do Ativo	22 887 533,66 €
Fundos	896 499,46 €
Reservas	17 814 896,47 €
Excedentes de revalorização de ativos	2 921 982,37 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	3 590,17 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-70 849,13 €
Resultado líquido	-70 849,13 €

## 9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa público reconhecimento a todos quantos lhe dispensaram a sua colaboração e apoio – entidades públicas, privadas e da economia social –, destacando, nomeadamente:

- os demais órgãos associativos da Casa da Imprensa, pelo acompanhamento do trabalho realizado;

- os membros do corpo clínico, dos Serviços de

Saúde e dos Serviços Sociais, pela dedicação e perseverança reiterada dia após dia;

- os trabalhadores e colaboradores da associação, pela sua disponibilidade e a sua dedicação à Casa da Imprensa;

- todos quantos, associados ou não, designaram a Casa da Imprensa como destinatária da consignação do IRS ou lhe destinaram donativos.

## 10. PROPOSTAS

### Aplicação de resultados

Nos termos legais e estatutários, designadamente o previsto nos artigos 48.º e 50.º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral

que o saldo de negativo de 70.849,13 euros da conta Resultados tenha a seguinte distribuição:

### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo de Solidariedade Associativa	5 774,20 €
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde	-63 275,72 €
Fundo Permanente Capitais por Morte	-468,08 €
Fundo Permanente Previdência-Reforma	-12 937,86 €
Fundo de Reserva Geral	58,33 €

### Rendimento complementar da Modalidade de Previdência-Reforma

Atendendo aos resultados do exercício, à situação atual dos mercados de capitais e ao facto de

todas as subscrições ativas da modalidade se encontrarem ainda no período de carência para o acesso aos benefícios, propõe-se que não seja

atribuída a taxa de rendibilidade complementar prevista no n.º 3 do Artigo 39.º do Regulamento de Benefícios.

### **Outras propostas**

O Conselho de Administração propõe:

1. *Um voto de louvor e reconhecimento às instituições e pessoas referidas no ponto 9 (pág. 21).*
2. *Um voto de profundo pesar pelo falecimento dos nossos associados:*

Armando Pereira da Silva, António dos Santos Mota, Fernando António Pires de Almeida Farinha, José Eduardo Friães Rebelo, Carlos Alberto Pinto dos Santos, Francisco Dias Brito, Álvaro Eduardo de Oliveira Tavares, Jerónimo

Martins Cunha Pimentel, Manuel Joaquim Ferreira Dias, António Augusto da Costa Ferreira, Fernando Pedro Almeida Sobral, Francisco José de Oliveira Brandão Ferreira, Frederico Alexandre Maurício Jacobetty Vieira, Valter Lopes Aguiar, Joaquim Felisbelo Marques de Sousa, Carlos Alberto Marinheiro de Oliveira Correia, Emanuel João da Câmara, Cecília Hortense Vargas de Oliveira e Sousa, Mário António da Mota Mesquita, Eduarda Maria Ramos Horta, António Manuel Pinto Basto Ribeiro Ferreira

Lisboa, 7 de março de 2023

#### **O Conselho de Administração**

**António** Alberto Alves Pereira **Borga** (Presidente)

**Luísa** Maria **Bessa** Fernandes Coelho (Vice-Presidente)

**José** Manuel **Fragoso** dos Santos (Vogal)

**Valdemar** Silveira de **Abreu** (Vogal)

**Júlio** Manuel Cerca **Roldão** (Vogal)

# C

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**BALANÇO em 31 de dezembro de 2022**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 4	7 385 339,27	7 459 182,40
Bens do património histórico e cultural	3.2.1 e 4	62 324,80	62 324,80
Ativos intangíveis	3.2.2 e 5	0,00	596,17
Investimentos financeiros	3.2.3 e 14.2		
		<b>7 447 664,07</b>	<b>7 522 103,37</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	3.2.4 e 6	20 211,86	20 332,54
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	4 105,17	5 079,33
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membro	3.2.5 e 10.1	3 050,90	5 865,04
Diferimentos	10.2	4 114,42	4 761,06
Outros ativos correntes	3.2.5, 10.2 e 14.2	14 107 278,46	15 782 262,29
Outros instrumentos financeiros	3.2.5 e 10.3	96 290,09	100 106,92
Caixa e depósitos bancários	3.2.5 e 10.4	1 204 818,69	1 155 606,89
		<b>15 439 869,59</b>	<b>17 074 014,07</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>22 887 533,66</b>	<b>24 596 117,44</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>	3.2.6 e 14.1		
Fundos		896 499,46	1 009 133,21
Reservas		17 814 896,47	19 474 591,65
Resultados transitados		90 216,88	90 216,88
Excedentes de revalorização	3.2.1 e 4	2 921 982,37	2 921 982,37
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		62 324,80	62 324,80
		<b>21 785 919,98</b>	<b>23 558 248,91</b>
Resultado líquido do período		(70 849,13)	(104 423,49)
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>21 715 070,85</b>	<b>23 453 825,42</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões específicas	3.2.7 e 8	342 734,91	312 508,36
		<b>342 734,91</b>	<b>312 508,36</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.2.5 e 10.5	47 516,59	56 377,90
Estado e outros entes públicos	3.2.11 e 14.3	6 829,88	6 650,32
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membro	3.2.5 e 10.1	2 132,11	2 339,40
Diferimentos	10.6	736 985,39	720 935,39
Outros passivos correntes	3.2.5, 8 e 10.6	36 263,93	43 480,65
		<b>829 727,90</b>	<b>829 783,66</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 172 462,81</b>	<b>1 142 292,02</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>22 887 533,66</b>	<b>24 596 117,44</b>

**O Conselho de Administração**

*António Borga* (presidente)  
*Luísa Bessa* (vice-presidente)  
*José Fragoso* (vogal)  
*Waldemar Abreu* (vogal)  
*Júlio Roldão* (vogal)

**A Contabilista Certificada**

*Luísa Pereira*  
 ( CC 3301 )



## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	3.2.9 e 7	708 490,78	635 784,19
Subsídios, doações e legados à exploração	9	2 012,50	22,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.2.4 e 6	(15,39)	
Fornecimentos e serviços externos	7	(145 001,51)	(135 214,06)
Gastos com o pessoal	3.2.10 e 11	(216 875,65)	(207 350,68)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.7 e 8	(22 795,18)	(34 241,16)
Aumentos/reduções de justo valor	3.2.5 e 10.3	(11 498,71)	106,92
Outros rendimentos	3.2.9 e 7	167 964,01	138 526,28
Outros gastos	7	(478 690,68)	(423 968,85)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3 590,17</b>	<b>(26 335,36)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(74 439,30)	(78 088,13)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(70 849,13)</b>	<b>(104 423,49)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(70 849,13)</b>	<b>(104 423,49)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.8		
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(70 849,13)</b>	<b>(104 423,49)</b>

O Conselho de Administração

*António Borga* (presidente)

*Luísa Bessa* (vice-presidente)

*José Fragoso* (vogal)

*Waldemar Abreu* (vogal)

*Júlio Roldão* (vogal)

A Contabilista Certificada

*Luísa Pereira*

(CC 3301)

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES, POR NATUREZAS**  
Período findo em 31 de dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	MODALIDADES				Total
	Solidariedade Associativa	Saúde	Capital por Morte	Previdência-Reforma	
Vendas e serviços prestados	29 900,15	643 023,53	9 956,25	25 610,85	708 490,78
Subsídios, doações e legados à exploração	2 012,50				2 012,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(15,39)				(15,39)
Fornecimentos e serviços externos	(21 394,17)	(118 787,80)	(2 359,55)	(2 460,00)	(145 001,51)
Gastos com o pessoal	(1 649,43)	(213 341,17)	(1 885,06)		(216 875,65)
Provisões específicas (aumentos/reduções)			1 794,82	(24 590,00)	(22 795,18)
Aumentos/reduções de justo valor				(11 498,71)	(11 498,71)
Outros rendimentos	1 120,63	166 374,46	468,92		167 964,01
Outros gastos	(3 858,85)	(466 711,70)	(8 120,13)		(478 690,68)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>6 115,45</b>	<b>10 557,33</b>	<b>(144,75)</b>	<b>(12 937,86)</b>	<b>3 590,17</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(282,92)	(73 833,05)	(323,33)		(74 439,30)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>5 832,53</b>	<b>(63 275,72)</b>	<b>(468,08)</b>	<b>(12 937,86)</b>	<b>(70 849,13)</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>5 832,53</b>	<b>(63 275,72)</b>	<b>(468,08)</b>	<b>(12 937,86)</b>	<b>(70 849,13)</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>5 832,53</b>	<b>(63 275,72)</b>	<b>(468,08)</b>	<b>(12 937,86)</b>	<b>(70 849,13)</b>

O Conselho de Administração

*António Braga* (presidente)

*Lúisa Bessa* (vice-presidente)

*José Fragoso* (vogal)

*Waldemar Abreu* (vogal)

*Júlio Roldão* (vogal)

A Contabilista Certificada

*Lúisa Pereira*

( CC 3301 )

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes e utentes	620 941,03	504 296,75
Pagamentos de subsídios	9 500,00	8 562,50
Pagamentos de apoios	122,50	0,00
Pagamento de bolsas	1 950,00	1 950,00
Pagamentos a fornecedores	655 177,94	509 720,08
Pagamentos ao pessoal	215 723,10	206 127,70
Caixa gerada pelas operações	(261 532,51)	(222 063,53)
<b>Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento</b>		
Outros recebimentos/pagamentos	6 525,33	12 493,20
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(255 007,18)	(209 570,33)
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis		23 334,50
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	1 380 418,94	437 634,00
Outros activos		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Activos fixos tangíveis		2 009,69
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	703 354,00	975 890,65
Outros activos	165 636,37	95 757,84
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	2 749,59	8 431,70
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(508 678,98)	621 121,38
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos		
Realizações de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações	1 325,00	
Outras operações de financiamento	139 326,96	238 909,88
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	140 651,96	238 909,88
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	(623 034,20)	650 460,93
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	932 852,89	282 391,96
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	309 818,69	932 852,89

O Conselho de Administração

*António Braga* (presidente)

*Luísa Bessa* (vice-presidente)

*José Fragoso* (vogal)

*Waldemar Abreu* (vogal)

*Júlio Roldão* (vogal)

A Contabilista Certificada

*Luísa Pereira*

(CC 3301)

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
1	960 450,68	0,00	19 779 378,84	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	(50 793,13)	23 763 560,44	0,00	23 763 560,44
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b> Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	(51 317,47)		(204 787,19)				50 793,13	(205 311,53)		(205 311,53)
2	(51 317,47)	0,00	(204 787,19)	0,00	0,00	0,00	50 793,13	(205 311,53)	0,00	(205 311,53)
3							(104 423,49)	(104 423,49)		(104 423,49)
4=2+3							(53 630,36)	(309 735,02)	0,00	(309 735,02)
<b>RESULTADO INTEGRAL</b> <b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b> Fundos	100 000,00		(100 000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	100 000,00	0,00	(100 000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6=1+2+3+4+5	1 009 133,21	0,00	19 474 591,65	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	(104 423,49)	23 453 825,42	0,00	23 453 825,42
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021</b>										

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
6	1 009 133,21	0,00	19 474 591,65	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	(104 423,49)	23 453 825,42	0,00	23 453 825,42
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b> Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	(112 633,75)		(1 659 695,18)				104 423,49	(1 667 905,44)		(1 667 905,44)
7	(112 633,75)	0,00	(1 659 695,18)	0,00	0,00	0,00	104 423,49	(1 667 905,44)	0,00	(1 667 905,44)
8							(70 849,13)	(70 849,13)		(70 849,13)
9=7+8							33 574,36	(1 738 754,57)	0,00	(1 738 754,57)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b> <b>RESULTADO EXTENSIVO</b> <b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11=6+7+8+9+10	896 499,46	0,00	17 814 896,47	90 216,88	2 921 982,37	62 324,80	(70 849,13)	21 715 070,85	0,00	21 715 070,85
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022</b>										

**O Conselho de Administração**

António Barga (presidente)

Lúisa Bessa (vice-presidente)

José Fragoso (vogal)

Waldemar Abreu (vogal)

Júlio Realdão (vogal)

**A Contabilista Certificada**

Lúisa Pereira

(CC 3301)

## FUNDO DE AÇÃO SOCIAL (FAS)

### BALANÇO em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo corrente</b>		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	4 632,60	8 417,60
Outras contas a receber		21 213,54
Outros ativos financeiros mensurados ao justo valor	13 309 256,83	14 670 581,39
Caixa e depósitos bancários	3 447,09	256 572,87
	<b>13 317 336,52</b>	<b>14 956 785,40</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>13 317 336,52</b>	<b>14 956 785,40</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Excedentes técnicos	14 936 699,67	15 143 347,08
Resultados transitados	(13 947,87)	(13 947,87)
	<b>14 922 751,80</b>	<b>15 129 399,21</b>
Resultado líquido do período	(1 641 008,60)	(206 647,41)
<b>Total do fundo de capital</b>	<b>13 281 743,20</b>	<b>14 922 751,80</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		
Outras contas a pagar	35 593,32	34 033,60
<b>Total do passivo</b>	<b>35 593,32</b>	<b>34 033,60</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>	<b>13 317 336,52</b>	<b>14 956 785,40</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

### Período findo em 31 de dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2022	2021
Custos inerentes a associados	(139 105,39)	(111 436,56)
Custos da prestação de serviços	(139 326,95)	(138 909,88)
Fornecimentos e serviços externos	(31 100,64)	(43 942,99)
Provisões (aumentos/reduções)		
Aumentos/reduções de justo valor	(1 328 408,85)	107 207,87
Outros rendimentos - alienações/vencimentos		
Outros rendimentos - juros		6 177,96
Outros gastos e perdas - alienações/vencimentos	(3 066,77)	(25 743,81)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(1 641 008,60)</b>	<b>(206 647,41)</b>

## FUNDO AUTÓNOMO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR (FASC)

### BALANÇO em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo não corrente</b>		
Investimentos financeiros		181 000,00
		<b>181 000,00</b>
<b>Ativo corrente</b>		
Outras contas a receber	182,43	744,93
Caixa e depósitos bancários	163 355,68	1 307,47
	<b>163 538,11</b>	<b>2 052,40</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>163 538,11</b>	<b>183 052,40</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Excedentes técnicos	8 476,16	7 174,96
Resultados transitados	5 329,77	5 329,77
	<b>13 805,93</b>	<b>12 504,73</b>
Resultado líquido do período	(19 514,29)	1 301,20
<b>Total do fundo de capital</b>	<b>(5 708,36)</b>	<b>13 805,93</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões específicas		
Pensões	160 363,32	160 363,32
Subsídio por Morte	8 883,15	8 883,15
	<b>169 246,47</b>	<b>169 246,47</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Pensionistas	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>169 246,47</b>	<b>169 246,47</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>	<b>163 538,11</b>	<b>183 052,40</b>

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2022	2021
Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	0,00	(922,50)
Pensões	(20 690,40)	(21 312,00)
Subsídio por Morte	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	20 048,97
Juros obtidos	1 176,11	3 486,73
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(19 514,29)</b>	<b>1 301,20</b>

## FUNDO NORBERTO LOPES

### BALANÇO em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>		
<b>Ativo corrente</b>		
Outras contas a receber	48,82	0,00
Caixa e depósitos bancários	38 280,12	38 280,12
<b>Total do Ativo</b>	<b>38 328,94</b>	<b>38 280,12</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>		
<b>Fundos patrimoniais</b>		
Excedentes técnicos	37 708,20	37 673,52
Resultados transitados	571,92	571,92
	<b>38 280,12</b>	<b>38 245,44</b>
Resultado líquido do período	48,82	34,68
<b>Total do fundo de capital</b>	<b>38 328,94</b>	<b>38 280,12</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Total do passivo</b>		
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>	<b>38 328,94</b>	<b>38 280,12</b>

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

#### Período findo em 31 de dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2022	2021
Juros obtidos	48,82	34,68
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>48,82</b>	<b>34,68</b>

# D

## ANEXO

### Casa da Imprensa – Associação Mutualista

#### Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

#### 1 — Identificação da Entidade

##### 1.1 – Designação da Entidade

Casa da Imprensa Associação Mutualista

##### 1.2 – Sede

Rua da Horta Seca n.º 20, em Lisboa

##### 1.3 – Natureza da atividade

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de abril de 1905, pessoa coletiva n.º 500902356. Rege-se pelos seus Estatutos, aprovados em reuniões extraordinárias da Assembleia Geral realizadas em 15 de outubro de 2019 e 21 de maio de 2021, e pelos diplomas legais aplicáveis, nomeadamente pelo Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-lei n.º 59/2018, de 2 de agosto. Tem como fins estatutários fundamentais a concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados.

#### 2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

##### 2.1 — Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) consignada no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

##### 2.2 — Derrogação das disposições do SNC

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Entidade.

##### 2.3 — Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2021.

#### 3 — Políticas contabilísticas, alteração nas estimativas contabilísticas e erros:

##### 3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro. Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido pela NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.



### **3.2 – Outras políticas contabilísticas**

#### **3.2.1 – Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados:

- a) Os terrenos e edifícios ao seu custo revalorizado, resultante da avaliação efetuada em dezembro de 2020, por perito avaliador certificado, deduzido das depreciações do exercício.
- b) Os restantes ativos ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios afetos a serviços de saúde e administrativos: 50 anos

Edifício afeto a outros fins: 100 anos

Equipamento básico: 3 a 7 anos

Equipamento administrativo: 3 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis: 5 a 10 anos

A Entidade tem um conjunto de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica) resultante de ofertas de associados e outras Entidades ao longo da sua existência. Estes ativos não têm custo conhecido, nem mercado para apuramento do seu justo valor, razão pela qual transitaram de normativo ao custo contabilizado, que é também o valor pelo qual se encontram seguros. Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

#### **3.2.2 – Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos

#### **3.2.3 – Investimentos financeiros**

A Entidade fez investimentos em obrigações do tesouro de curto prazo, com intenção de os manter até à maturidade, e por isso classificados como “carteira a vencimento”. Os títulos são mensurados ao custo de aquisição, que é também o valor nominal, e vencem juros semestrais ou anuais.

Mantém em carteira obrigações do BES, cujo incumprimento obrigou a entidade a constituir provisão a 100%, em consonância com a explicação da nota 8.

#### **3.2.4 – Inventários**

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário é o intermitente. Não sendo o negócio da Entidade (venda de livros e/ou medalhas) o preço de venda estimado tende a igualar o respetivo custo.

### **3.2.5 – Instrumentos financeiros**

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra Entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respetiva:

#### Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros e Outras contas a receber

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de associados e Outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Perdas por imparidade em dívidas por receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

#### Caixa e depósitos à ordem

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

#### Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 6 meses e 1 ano, podendo ou não ser renovados automaticamente e os juros negociados creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

#### Outros instrumentos financeiros

Inclui os investimentos em unidades de participação em fundos mobiliários que seguem os princípios definidos para a mensuração dos instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, reconhecendo os ativos pelo justo valor e as suas variações em resultados de cada período.

#### Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros, Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### **3.2.6 – Fundos patrimoniais**

Da rubrica Fundos Patrimoniais fazem parte os Fundos Próprios da modalidade de Saúde e da Solidariedade Associativa, os excedentes dos Fundos Permanentes das modalidades Capital por Morte e Previdência-Reforma, as Reservas Legais (Fundo de Reserva Geral), resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias, os excedentes dos Fundos Autónomos sob gestão da Casa da Imprensa (Fundo de Ação Social, Fundo Autónomo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes), os Resultados Transitados e os Excedentes de Revalorização dos edifícios, resultantes da avaliação periódica dos mesmos.

### **3.2.7 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

Sempre que se reconhece a existência de uma obrigação resultante de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, não se reconhece um passivo contingente mas promove-se a sua divulgação.

No que respeita ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

### **3.2.8 – Imposto sobre o rendimento**

A Entidade está isenta de IRC, ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

### **3.2.9 – Rédito**

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do seu recebimento ou colocação à disposição. Nesta rubrica inserem-se as quotas dos associados e as verbas devidas pela administração de fundos.

Os juros são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o tempo decorrido desde o último vencimento e a taxa efetiva durante o período.

As rendas e outros rendimentos em ativos fixos tangíveis referem-se ao arrendamento, por pisos, salas ou postos de trabalho, do prédio da Rua do Loreto em Lisboa e são reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo.

### **3.2.10 – Benefícios de empregados**

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados (benefícios a curto prazo): salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outros benefícios adicionais (subsídio de transporte, quotas associativas, comunicações, ...).

Estes benefícios são reconhecidos como gastos no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. No caso do direito a férias e subsídio de férias relativo ao período que se vence em 31 de dezembro de cada ano, o pagamento ocorre durante o período seguinte, e é tratado de acordo com este procedimento.

### **3.2.11 – Estado e Outros Entes Públicos**

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro do ano seguinte, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro.

Regista também o IVA a pagar decorrente da venda de livros no 4.º trimestre, o IVA a pagar ou recuperar decorrente do funcionamento da Noticiaria (espaço de *co-work*) durante o 4.º trimestre e o IVA a recuperar, referente a aquisições de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção ou conservação dos edifícios e bens de equipamento e/ou suas reparações de acordo com as regras definidas no Decreto-lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 84/2017, de 21 de julho.

### **3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Não foram identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

### **3.5 – Alteração nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas, nem se detetaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores. Contudo procedeu-se à transferência do valor das provisões matemáticas da modalidade Previdência-Reforma de 2021, da conta patrimonial de excedentes, para a respetiva conta no passivo.

## **4 – Ativos Fixos Tangíveis**

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas estão explanados na nota 3.2.1. Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

**Ativo Bruto**

	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Bens do património histórico e artístico e cultural	62 324,80	-	62 324,80
Outros ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	2 603 000,00	-	2 603 000,00
Edifícios e outras construções	4 894 772,00	-	4 894 772,00
Equipamento básico	94 115,81	-	94 115,81
Equipamento administrativo	178 855,50	3 983,88	174 871,62
	<u>7 833 068,11</u>	<u>3 983,88</u>	<u>7 829 084,23</u>

**Depreciações Acumuladas**

	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Outros ativos fixos tangíveis				
Edifícios e outras construções	65 226,16	65 697,25	-	130 923,41
Equipamento básico	93 416,52	699,34	-	94 115,86
Equipamento administrativo	152 918,23	7 446,54	3 983,88	156 380,89
	<u>311 560,91</u>	<u>73 843,13</u>	<u>3 983,88</u>	<u>381 420,16</u>

As depreciações escrituradas nos períodos de 2022 e 2021 foram as seguintes:

**Gastos com Depreciações**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Outros ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	65 697,25	65 226,16
Equipamento básico	699,34	2 448,48
Equipamento administrativo	7 446,54	9 698,11
	<u>73 843,13</u>	<u>77 372,75</u>

**5 – Ativos Intangíveis**

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos na nota 3.2.2. Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

**Ativo Bruto**

	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Programas de computador	47 605,68	47 605,68
	<u>47 605,68</u>	<u>47 605,68</u>

**Amortizações Acumuladas**

	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Programas de computador	47 009,51	596,17	47 605,68
	<u>47 009,51</u>	<u>596,17</u>	<u>47 605,68</u>

As amortizações escrituradas nos períodos de 2022 e 2021 foram as seguintes:

**Gastos com Amortizações**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Programas de computador	596,17	715,38
	<u>596,17</u>	<u>715,38</u>

## 6 – Inventários

A Entidade tem para cedência aos seus associados ou outros interessados um conjunto de medalhas (dos 80 anos, dos 90 anos e do centenário da Casa da Imprensa) e de livros patrocinados e relacionados com a vida da instituição e dos associados (“100 Anos de história”, “Jornalistas Pais e Filhos”, “O Cinema Ideal e a Casa da Imprensa 100 anos de filmes” são alguns exemplos).

Os movimentos no ano foram os seguintes:

	Inventário em 31/12/2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Vendas	Inventário em 31/12/2022
Medalhas	7 725,79	-	(105,29)	-	7 620,50
Livros	12 606,75	-		(15,39)	12 591,36
	<u>20 332,54</u>	<u>-</u>	<u>(105,29)</u>	<u>(15,39)</u>	<u>20 211,86</u>
Custo dos inventários vendidos					<u>15,39</u>

## 7 – Rendimentos e gastos

O rédito reconhecido pela Entidade em 2022 e 2021 é detalhado conforme se segue:

### Réditos

	2022	2021
Vendas e Prestação de serviços	708 490,78	635 784,19
Quotizações e joias	502 486,60	431 509,78
Credenciais e Senhas de consulta	66 663,08	65 364,53
Fundos	139 326,95	138 909,88
Vendas	14,15	-
Outros rendimentos e ganhos	166 323,66	131 515,05
Rendas	128 553,35	99 355,68
Cedência de salas	20 500,65	18 869,00
Consignação fiscal - IRS	12 373,95	12 496,89
Outros	4 895,71	793,48
Juros	1 640,35	7 118,15
Juros de depósitos	1 640,35	1 135,65
Juros de outras aplicações	-	5 982,50
	<u>876 454,79</u>	<u>774 417,39</u>

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 2022 e 2021, foi a seguinte:

### Fornecimentos e Serviços Externos

	2022	2021
Trabalhos especializados	15 400,28	14 545,86
Publicidade e propaganda	5 821,81	3 610,66
Honorários	36 624,00	28 016,50
Conservação e reparação	10 989,98	4 795,05
Outros	3 174,68	4 050,03
Materiais	3 412,94	9 218,26
Energia e fluidos	11 591,49	10 808,09
Deslocações, estadas e transportes	2 567,24	2 961,20
Comunicação	3 980,68	3 842,55
Seguros	3 966,72	3 839,43
Licenças	7 591,87	7 584,48
Despesas de representação	783,75	1 624,52
Limpeza, higiene e conforto	26 629,74	24 721,41
Outros serviços	12 466,33	15 596,02
	<u>145 001,51</u>	<u>135 214,06</u>

A rubrica de Outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

**Outros gastos**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos	205,10	-
Gastos com apoios financeiros		
Capital por Morte	8 000,00	8 000,00
Bolsas de Estudo	1 950,00	1 950,00
Subsídio de Parentalidade	1 500,00	562,50
Internamento Hospitalar	178 139,62	160 804,46
Cuidados de Saúde	287 693,32	250 795,64
Outros	1 202,64	1 856,25
	<u>478 690,68</u>	<u>423 968,85</u>

**8 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

A Entidade, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações a existência de ativos contingentes nem de provisões genéricas.

Reconhece e divulga a existência de passivos contingentes.

Em novembro de 2013 foi citada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que lhe foi intentada uma ação administrativa especial pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com a pretensão que lhe seja devolvido um adiantamento de 997.595,79€, efetuado no ano de 2000, por conta da dívida reconhecida pelo Instituto, do adicional de publicidade dos jornais diários. O Tribunal de Contas, na sequência duma auditoria ao IGFSS realizada em 2004, considerara ilegais o modo como foram feitos o adiantamento e o despacho que o autorizou, sem, contudo, questionar a dívida. Não só a Entidade não reconhece mérito nesta acusação como continua a reclamar os 711.192,57€ ainda em dívida. Por estes factos e apoiando-se no entendimento dos advogados que o processo terá um desfecho favorável não foi constituída nenhuma provisão para processos judiciais em curso. Nos últimos exercícios não houve qualquer desenvolvimento pelo que se mantém a validade dos pressupostos.

Em 26 de março de 2016 apresentou uma ação administrativa contra o Banco de Portugal e o Novo Banco, S.A. tendo em vista a declaração de nulidade ou anulação do ato administrativo consubstanciado na Deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 29 de dezembro de 2015, relativa à “Retransmissão de obrigações não subordinadas do Novo Banco, S.A. para o Banco Espírito Santo, S.A.” e a consequente passagem dos títulos detidos pelo Fundo de Ação Social da Casa da Imprensa para a esfera jurídica do Novo Banco. Em 27 e 30 de junho de 2016, o Novo Banco, S.A. e o Banco de Portugal apresentaram respetivamente a sua contestação pugnando pela improcedência da ação proposta pela Entidade. A instância encontra-se suspensa até que seja proferida decisão final com trânsito em julgado de outras ações administrativas relacionadas.

A Entidade apresentou reclamação de créditos no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, S.A. no dia 25 de agosto de 2016, no âmbito da qual reclama créditos no montante total de 300.000 euros correspondentes ao valor investido junto da mencionada Instituição bancária. Continua a aguardar-se o desenvolvimento dos ulteriores termos do processo, nomeadamente que seja proferida sentença de verificação e graduação de créditos.

Encontra-se constituída provisão para 100% do valor do investimento, uma vez que a data de reembolso já foi ultrapassada.

Em 30 de maio de 2018 intentou uma ação executiva para cobrança de dívida por falta de pagamento de rendas da Lisbon Corner, Unipessoal, Lda., no valor de 1.456,60€, encontrando-se o processo em fase de penhora de créditos há mais de 4 anos. A imparidade encontra-se reconhecida desde 2019.

Em 4 de julho de 2019 intentou uma ação executiva para cobrança de dívida por falta de pagamento de rendas da Cidade Singular, Unipessoal, Lda., no valor de 6.134,87€, encontrando-se o processo em fase de penhora de créditos.

Não foram até ao momento encontrados bens a indicar à penhora, pelo que se mantém o reconhecimento da imparidade efetuado em 2019.

A evolução das provisões matemáticas das modalidades Capital por Morte e Previdência-Reforma durante o exercício é detalhada conforme se segue:

**Provisões Matemáticas**

	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Constituição e reforço</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Capital por Morte	312 508,36	(1 794,82)	310 713,54
Previdência-Reforma		32 021,37	32 021,37
	<u>312 508,36</u>	<u>30 226,55</u>	<u>342 734,91</u>

A taxa de desconto (dos pressupostos atuariais) do Capital por Morte mantém-se em 1,45%, considerada a mais adequada pela atuária independente, para passivos com durações semelhantes.

As provisões matemáticas da modalidade Previdência-Reforma correspondem à soma das quotas pagas, uma vez que não foram fixadas taxas de rendimento mínimo garantido – a incidir sobre as quotas do exercício – e de rendimento complementar – a incidir sobre o saldo dos Planos de Poupança em 31 de dezembro do ano anterior. O plano complementar Capital de Risco da Previdência-Reforma não tem provisão calculada a 31 de dezembro porque tem um período de carência para acesso aos benefícios de 2 anos, contado a partir da data de início da subscrição de cada Plano de Poupança.

O valor do Fundo Permanente das modalidades Capital por Morte e Previdência-Reforma, o património líquido que lhe está afeto e o grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias, têm a seguinte divulgação:

**Fundo Permanente de Capital por Morte**

	<b>Património Líquido</b>	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>Grau de cobertura</b>
Capital por Morte	372 560,80	310 713,54	119,90%
	<u>372 560,80</u>	<u>310 713,54</u>	

Em 2021 o grau de cobertura era de 120,2%.

**Fundo Permanente da Previdência-Reforma**

	<b>Património Líquido</b>	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>Grau de cobertura</b>
Previdência-Reforma	119 440,94	32 021,37	373,00%
	<u>119 440,94</u>	<u>32 021,37</u>	

Em 2021, ano de início das subscrições, não foi calculado grau de cobertura.

**9 – Subsídios e outros apoios**

No período em análise foram registados nesta rubrica os apoios conforme se segue:

**Subsídios, doações e legados à exploração**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Subsídios e doações	2 012,50	22,00
	<u>2 012,50</u>	<u>22,00</u>

**10 – Instrumentos Financeiros**

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas na nota 3.2.5. A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

**10.1 – Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros**

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

**Associados**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Dívidas de quotas		
Até 3 meses	866,50	336,04
De 4 a 12 meses	884,65	2 968,95
Mais de 12 meses	664,75	794,15
Dívidas de Posto Médico		
Até 3 meses	303,00	1 259,90
De 4 a 12 meses	52,00	45,00
Mais de 12 meses	95,00	461,00
Outras dívidas	99,44	-
	<u>2 965,34</u>	<u>5 865,04</u>

**Beneficiários**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Capital por morte		
Até 1 ano	707,15	2 000,00
Mais de 1 ano	1 339,40	339,40
	<u>2 046,55</u>	<u>2 339,40</u>

**10.2 – Outras contas a receber e Diferimentos ativos**

As rubricas Outras contas a receber e Diferimentos tinham, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

**Outros Ativos a receber**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	1 149,83	520,46
Outros Devedores		
IGFSS - Publicidade	711 192,43	711 192,43
Outros	88 038,16	96 530,92
Perdas por imparidade em Outros Devedores	(7 315,00)	(7 315,00)
Fundos		
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	(5 708,36)	13 805,93
Fundo de Ação Social	13 281 592,46	14 921 932,43
Fundo Norberto Lopes	38 328,94	38 280,12
	<u>14 107 278,46</u>	<u>15 774 947,29</u>

Da rubrica Outros constam 47.500 euros de rendas vencidas resultantes de moratórias, concedidas aos inquilinos no âmbito da pandemia Covid-19 e de atrasos no pagamento.

**Diferimentos**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	4 114,42	4 761,06
	<u>4 114,42</u>	<u>4 761,06</u>

As rubricas de Fundos, desdobram-se da seguinte forma, sendo que a evolução dos investimentos financeiros e das perdas por imparidade são relevadas na nota 14.2:



**Fundos**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Fundo Autónomo de Subsídio Complementar</b>		
Depósitos à ordem e a prazo	163 355,68	1 307,47
Investimentos financeiros	0,00	181 000,00
Juros a Receber	182,43	744,93
Pensões a liquidar	0,00	0,00
Reservas Matemáticas	-169 246,47	-169 246,47
	<u>-5 708,36</u>	<u>13 805,93</u>
<b>Fundo de Ação Social</b>		
Depósitos à ordem e a prazo	3 447,09	256 572,87
Investimentos financeiros	13 700 378,04	15 061 702,60
Perdas por imparidade	-391 121,21	-391 121,21
Outros devedores	0,00	20 301,54
Juros a Receber	0,00	0,00
Encargos diferidos	0,00	0,00
Subsídios reembolsáveis	4 632,60	8 417,60
Movimento com CSP	-33 223,16	-31 038,62
Fornecedores	-2 520,90	-2 902,35
	<u>13 281 592,46</u>	<u>14 921 932,43</u>
<b>Fundo Norberto Lopes</b>		
Depósitos à ordem e a prazo	38 280,12	38 280,12
Juros a Receber	48,82	0,00
	<u>38 328,94</u>	<u>38 280,12</u>

**10.3 – Outros instrumentos financeiros**

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 30 de novembro de 2021, foi constituído um fundo inicial para a modalidade de Previdência-Reforma, no valor de 100 mil euros, destacado das reservas do Fundo de Ação Social. Este valor foi aplicado em unidades de participação de 2 fundos multiativos, sob gestão da Caixa Gestão de Ativos e classificados em outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de “*Outros instrumentos financeiros*” e “*Perdas por imparidade*”, encontravam-se com os seguintes saldos:

**Outros Instrumentos financeiros**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Outros ativos financeiros	96 290,09	100 106,92
	<u>96 290,09</u>	<u>100 106,92</u>

**Perdas por Redução do Justo Valor**

	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Outros ativos financeiros	-	11 498,71	11 498,71
	<u>-</u>	<u>11 498,71</u>	<u>11 498,71</u>

**10.4 – Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

**Caixa e Depósitos bancários**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	1 480,95	1 401,09
Depósitos à ordem	308 337,74	931 451,80
Depósitos a prazo	895 000,00	222 754,00
	<u>1 204 818,69</u>	<u>1 155 606,89</u>

**10.5 – Fornecedores**

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

**Fornecedores**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores gerais	40 883,91	51 416,24
Médicos e Entidades convencionadas	6 632,68	4 961,66
	<u>47 516,59</u>	<u>56 377,90</u>

**10.6 – Outras Contas a Pagar e Diferimentos passivos**

As rubricas Outras contas a pagar e Diferimentos desdobram-se da seguinte forma:

**Outros Passivos Correntes**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	26 881,64	27 149,63
Outros acréscimos de gastos	9 374,70	9 016,02
	<u>36 256,34</u>	<u>36 165,65</u>

**Diferimentos**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Diferimentos de Rendimentos		
Rendas	25 792,82	9 742,82
Adicional de Publicidade	711 192,57	711 192,57
	<u>736 985,39</u>	<u>720 935,39</u>

Durante o exercício concretizou-se o arrendamento de 2 pisos devolutos do prédio da Rua do Loreto em Lisboa.

**11 – Benefícios dos empregados**

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2022 foi de 8 pessoas, sendo, no entanto, de 7 no termo do exercício, por saída de 1 trabalhador em novembro.

Os gastos incorridos com essas pessoas foram os seguintes:

**Gastos com o Pessoal**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	153 553,31	152 007,29
Encargos sobre Remunerações	34 438,81	34 082,01
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profis.	1 671,84	1 670,56
Outros gastos com Pessoal	27 211,69	19 590,82
	<u>216 875,65</u>	<u>207 350,68</u>

**Número de membros dos Órgãos Sociais**

	<u>Efetivos</u>	<u>Suplentes</u>
Conselho de Administração	5	4
Conselho Fiscal	3	3
Mesa da Assembleia Geral	3	3
	<u>11</u>	<u>10</u>

Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

#### 12 – Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

#### 13 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade tem a sua situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social.

#### 14 – Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

##### 14.1 – Fundos Patrimoniais

###### Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais

	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Aumentos e Reavaliações</u>	<u>Aplicação de resultados</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Fundos				
Capital por Morte	43 867,92	-	(34 842,18)	9 025,74
Cuidados de Saúde	776 618,39		(77 026,55)	699 591,84
Solidariedade Associativa	88 646,90	-	(343,57)	88 303,33
Previdência-Reforma	100 000,00	(7 431,37)	7 009,92	99 578,55
Reservas Legais	158 598,04	-	778,89	159 376,93
Outras Reservas				
Fundo de Ação Social	14 936 699,67	(1 641 008,60)	-	13 295 691,07
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	8 476,16	(19 514,29)	-	(11 038,13)
Fundo Norberto Lopes	37 708,20	48,82	-	37 757,02
Reserva Especial - Obras e Indem.	0,00			0,00
Reserva Especial p/ Valorização Património	4 333 109,58	-	-	4 333 109,58
Resultados transitados	90 216,88	-	-	90 216,88
Excedentes de revalorização	2 921 982,37		-	2 921 982,37
Outras variações no capital próprio	62 324,80	-	-	62 324,80
Resultado líquido do exercício	(104 423,49)	(70 849,13)	104 423,49	(70 849,13)
	<u>23 453 825,42</u>	<u>(1 738 754,57)</u>	<u>-</u>	<u>21 715 070,85</u>

##### 14.2 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros apresentaram a seguinte evolução no exercício:

###### Investimentos Financeiros - Fundo de Ação Social

	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Perdas/Ganhos por aumento/redução justo valor</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Obrig. diversas detidas até maturidade	391 121,21	-	-	391 121,21
U.P. Fundos	14 670 581,39	32 915,71	(1 328 408,85)	13 309 256,83
	<u>15 061 702,60</u>	<u>32 915,71</u>	<u>(1 328 408,85)</u>	<u>13 700 378,04</u>

###### Perdas por Imparidade - Fundo de Ação Social

	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Obrig. diversas detidas até maturidade	391 121,21	391 121,21
	<u>391 121,21</u>	<u>391 121,21</u>

**Investimentos Financeiros - Fundo Autónomo de Subsídio Complementar**

	<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Abates e Alienações</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
Obrig. Tesouro detidas até maturidade	181 000,00	181 000,00	-
	<u>181 000,00</u>	<u>181 000,00</u>	<u>-</u>

**14.3 – Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

**Estado e Outros Entes Públicos**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Saldos Devedores		
IVA - A Recuperar	4 105,17	5 079,33
	<u>4 105,17</u>	<u>5 079,33</u>
Saldos Credores		
Retenção imposto s/ rendimento	3 374,50	2 987,25
Contribuição p/ Segurança Social	3 455,38	3 663,07
	<u>6 829,88</u>	<u>6 650,32</u>

Lisboa, 24 de fevereiro de 2023

**O Conselho de Administração**  
*António Borga* (presidente)  
*Luísa Bessa* (vice-presidente)  
*José Fragoso* (vogal)  
*Waldemar Abreu* (vogal)  
*Júlio Roldão* (vogal)

**A Contabilista Certificada**  
*Luísa Pereira*  
(CC 3301)

## E

**PARECER DO CONSELHO FISCAL****1. PARECER**

Nos termos da lei e dos Estatutos da Casa da Imprensa, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o *Relatório e Contas de 2022*, que lhe foi apresentado pelo Conselho de Administração.

Numa conjuntura económica marcada pelo elevado nível de inflação, o resultado do exercício de 2022 da Casa da Imprensa voltou, tal como já tinha acontecido em 2021, a revelar-se mais negativo do que o estimado no orçamento.

É, no entanto, de notar que o desvio relativamente ao previsto no orçamento é explicado fundamentalmente por eventos não recorrentes, como os custos de reestruturação do quadro de pessoal, os custos associados à rentabilização do imobiliário e a constituição de provisões nos fundos das modalidades de Capital por Morte e de Previdência-Reforma. O atraso nos processos de arrendamento relativamente ao previsto no Orçamento explicam igualmente o desvio do lado dos proveitos.

Nestas circunstâncias, e tendo em conta a recuperação das receitas do arrendamento a partir da segunda metade de 2022 – garantindo agora à Casa de Imprensa uma rentabilidade dos seus imóveis superior à pré-pandemia – e a perspetiva de entrada em vigor do novo Regulamento de Benefícios, há motivos para pensar que continuam a existir as condições para que, no ano de 2023, se concretize a viragem para resultados positivos projetada pelo conselho de Administração no orçamento.

Num ano em que se assistiu a uma viragem na condução da política monetária, com uma subida rápida das taxas de juro, o Fundo de Ação Social registou uma perda significativa do seu valor. A conjuntura inflacionista e a volatilidade dos mercados financeiros recomendam prudência e resistência na gestão financeira da Casa da Imprensa, numa busca constante de alternativas que permitam reduzir a exposição aos mercados financeiros, mas persistindo numa estratégia em que a perspetiva dominante é a do longo prazo, com elevada diversificação de ativos e forte aversão ao risco.

Muito embora o número de associados tenha aumentado, o que é avaliado como muito positivo, o Conselho Fiscal considera que é necessário prosseguir o esforço de rejuvenescimento dos associados, condição necessária para reduzir o custo dos serviços de saúde.

O Conselho Fiscal sublinha ainda como muito positivas as iniciativas culturais que têm vindo a ser lançadas, em Lisboa mas também no Porto, quer ao nível das exposições como no que diz respeito às ações formativas e de recreação cultural. Merece especial relevo a criação do Grupo Coral da Casa da Imprensa. É igualmente de sublinhar a participação da Casa da Imprensa na organização do V Congresso dos Jornalistas Portugueses agendado para janeiro de 2024.

Pelo atrás exposto, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável ao relatório e contas de 2022.

Lisboa, 27 de março de 2023

**O Conselho Fiscal**

**Maria Helena Fátima de Jesus Rodrigues Garrido** (Presidente)

**Sérgio Arsénio Nunes Anselmo Anibal** (Relator)

**Sónia Maria Santos Pereira** (Secretária)



## **RELATÓRIO E CONTAS 2022**



Casa da Imprensa  
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

**CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**

**[www.casadaimprensa.pt](http://www.casadaimprensa.pt)**

**Sede:**

R. da Horta Seca, 20 - 1200-221 Lisboa

Telefs.: 21 342 02 77 / 78 • Fax: 21 346 79 45 • E-mail: [geral@casadaimprensa.pt](mailto:geral@casadaimprensa.pt)

Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 19:00

**Delegação Porto:**

R. Fernandes Tomás, 424 - 4º - Salas 1/5 4000-210 Porto

Telef.: 22 510 53 10 • Fax: 22 510 53 10

E-mail: [porto@casadaimprensa.pt](mailto:porto@casadaimprensa.pt) • [geral@casadaimprensa.pt](mailto:geral@casadaimprensa.pt)

Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 12:30 e das 13:30 às 17:30